

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Giseli Arêas

O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo:
História da dependência político-econômica

Florianópolis, 2008

Giseli Arêas

**O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo:
História da dependência político-econômica**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Esta monografia foi julgada adequada e a banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 à aluna Giseli Arêas na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Prof. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis, 2008.

Dedico esta monografia ao meu tio Vilmar Arêas (in memoriam), também formado em Ciências Econômicas pela UFSC, que foi minha referência para a escolha deste curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pela vida, pela saúde física e capacidade mental.

Aos meus pais, pelo incentivo aos estudos, e por terem me proporcionado a oportunidade e dado condições para que eu conseguisse entrar numa das dez melhores universidades federais do país.

Ao meu professor orientador Helton Ricardo Ouriques, que auxiliou e acreditou na concretização deste trabalho.

Ao meu namorado Eduardo, que me deu apoio, carinho e conforto.

A minha grande amiga, Renata Paes, que leu este trabalho diversas vezes, me ajudando na correção e revisão, e que me deu seu apoio durante a jornada desse trabalho. Nunca esquecerei o seu apoio, seu carinho e seus incentivos.

A minha nova amiga, Michele Beck, que arranjou tempo em sua rotina corrida e me emprestou seus talentos de bibliotecária na correção das referências bibliográficas.

A três amigas super especiais que, somando comigo, formam um incrível quarteto de pessoas com personalidades super diferentes, mas que se completam numa incrível amizade: Juliana Bortoluzzi, Renata Paes e Sabrina Martins.

A todos os amigos que fiz nesses cinco anos que levarei pra sempre no meu coração, além daquelas já citadas acima: Rhaliman Chede, Rodrigo Silveiro, Thiago Bitencourt, Jair Fabio, Carol Mattos, Rafael Moro, André Paganella e muitos outros, pois foram muitos que marcaram a minha vida nessa passagem universitária, e deixaram momentos inesquecíveis.

Enfim, a todos que, de alguma maneira, me acompanharam nessa trajetória.

Resumo

ARÊAS, Giseli. **O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo: História da dependência político-econômica**. 2008. Monografia em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.

A presente monografia apresenta uma breve perspectiva da luta em busca de fontes energéticas no cenário internacional, além da importância geopolítica e energética da principal fonte energética de hoje, o petróleo. Este trabalho tem como objetivo principal evidenciar a história sócio-político-econômica do petróleo, enquanto principal fonte de riqueza da República Bolivariana da Venezuela. A falta de um controle maior pelo Estado, bem como a falta de tecnologia para o investimento na extração petrolífera leva o país a deixar suas importantes reservas em mãos estrangeiras, através das chamadas concessões. Apenas em 1976, o governo da época nacionaliza esse recurso tão importante, porém a situação não muda, pois a mesma cultura que administrava as reservas no período concessionário se manteve com a criação da PDVSA, que acaba tornando-se autônoma em suas decisões. Situação essa que só muda no governo do então atual Presidente do país, Hugo Rafael Chávez Frias, que retoma o controle da PDVSA e utiliza a renda petroleira para realizar investimentos na esfera econômica e social do país, sendo este recurso seu principal instrumento de política externa. Apesar do dito atraso venezuelano em realização aos demais países latino-americanos, Chávez tem conseguido negociar com seus vizinhos e também com países desenvolvidos, aproveitando a posse do petróleo como cláusula de barganha para lidar de igual para igual com todos os países, desenvolvidos ou não.

Palavras-Chave: Petróleo, Venezuela, Hugo Chávez, poder, conflitos, disputa.

Lista de Abreviaturas

AD: Acción Democrática

ALBA: Alternativa Bolivariana para as Américas

ALCA: Área Livre de Comércio das Américas

CNE: Conselho Nacional Eleitoral

COPEI: Comité de Organización Política Electoral Independiente

CVT: Confederação Venezuelana de Trabalhadores

FEDECAMARAS: Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela

FIEM: Fundo de Inversões para a Estabilidade Macroeconômica

FMI: Fundo Monetário Internacional

FONDESPA: Fundo para Desenvolvimento Econômico e Social do País

MEP: Movimento Eleitoral do Povo

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

MVR: Movimento V República

ONU: Organização das Nações Unidas

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA: Petróleos de Venezuela S/A

PIB: Produto Interno Bruto

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Crescimento do PIB venezuelano governo Chávez (%)	46
Gráfico 2 - Crescimento do PIB na América Latina e Caribe 1998-2007 (%).....	46
Gráfico 3 – FBCF em Relação ao PIB (%) na América Latina e Venezuela (1998-2007)	48
Gráfico 4 – Inflação* Anual no Governo Chávez (1999-2007)	49
Gráfico 5 - Aumento do Salário Mínimo Real (Bolívares 1997 = 100).....	50
Gráfico 6 - Pessoas vivendo em extrema pobreza na Venezuela (%) 1999-2007.....	52
Gráfico 7 - Pessoas vivendo em extrema pobreza na América Latina (%)	52
Gráfico 8 - Total da Dívida Pública em Relação ao PIB na Venezuela	53
Gráfico 9 – Total da Dívida Pública Interna e Externa/PIB (1998-2007).....	53

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Crescimento do PIB Venezuela América Latina e Caribe (%).....	45
Tabela 2 – Composição do PIB da Venezuela	47
Tabela 3 - Gastos do governo em % do PIB	51

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Tema e problema	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa.....	13
1.4 Metodologia.....	14
2 A GEOPOLÍTICA E IMPORTÂNCIA ENERGÉTICA DO PETRÓLEO	15
2.1 As Indústrias Petrolíferas	19
2.2 Petróleo e Conflitos	22
3 HISTÓRICO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA	26
3.1 Período Concessionário	26
3.2 A Nacionalização.....	29
3.3 Pós Nacionalização (1976-1998).....	32
4 O MAGNATA DO PETRÓLEO.....	35
4.1 O Governo Chávez	35
4.2 O Resultado da Política Chavista	44
5 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O cenário internacional, especialmente desde fins do século XX, vem se tornando ainda mais complexo através do aumento da rivalidade pela posse das fontes energéticas. A fonte mais cobiçada hoje continua sendo o petróleo, motor do desenvolvimento energético da sociedade moderna.

No entanto, para preocupação dos seus maiores consumidores, os países chamados “desenvolvidos”, as maiores reservas petrolíferas estão localizadas no território dos países ditos “atrasados”. Assim, essa relação de dependência possui duas faces: de um lado a constante ameaça de um conflito pelo controle dessas jazidas; e de outro lado a possibilidade dos países detentores delas aproveitarem-se desse fato para a formulação de políticas que os beneficiem e as insiram no cenário internacional, evitando inclusive esse tipo de ameaça. “Desse modo, os recursos naturais existentes no interior desses países podem levá-los a uma submissão mais intensa ou, dependendo da maneira como controlam tais recursos, alcançarem resultados que sejam estrategicamente benéficos para suas relações internacionais” (MARTINS, 2007 p. 22).

A atual conjuntura sócio-político-econômica mundial tem mostrado, cada vez mais, o anseio de países latino-americanos pela recuperação de sua autonomia, bem como o salto inicial para o fim da situação de dependência em relação aos países do dito "Primeiro Mundo". Diversas nações, dentre elas a República Bolivariana da Venezuela, objeto deste estudo, buscam soluções no sentido de viabilizar a retomada da soberania sobre seu próprio território.

Historicamente, o território venezuelano tem sido objeto de cobiça de diversos outros países. Devido às suas imensas jazidas de petróleo, consideradas das maiores do mundo, essa que é a mais importante fonte energética até o momento tornou-se alvo de grandes disputas geopolíticas. Das diversas nações que fazem uso do petróleo venezuelano, destacam-se os Estados Unidos da América, seu principal importador e grande consumidor dessa fonte de energia.

As reservas de petróleo existentes na Venezuela têm importância vital para a economia daquele país. O protagonismo do petróleo nas políticas do governo venezuelano fica ainda mais evidente ao analisar a história que envolve a criação da Companhia Estatal de Petróleo, a PDVSA.

Da extração petrolífera advém cerca de 75% da renda bruta fixa venezuelana (CANO, 2002), o que torna este país extremamente dependente desta atividade e também de seus países clientes, que sabem a consequência que teria para a Venezuela ter essa renda prejudicada.

Desde a descoberta de petróleo no país, no início do século XX, as reservas petrolíferas têm sido deixadas em mãos estrangeiras, através das chamadas concessões. As concessões deram o direito às empresas internacionais explorarem as jazidas do país, ainda que sob a fiscalização do Estado. Porém, muitas das faculdades pertinentes ao Estado foram deixadas de lado, e tal fato fez com que as empresas concessionárias assumissem um papel dominante e independente, assumindo tanto controle quanto regulação do preço do petróleo.

Assim, o país “acordou” numa situação de pobreza e atraso econômico, tecnológico e político em consequência da entrega de sua maior fonte de renda a empresas privadas estrangeiras. Essa situação se estendeu até 1976, ano que marcou o fim dessas concessões, retornando ao Estado o domínio e as atividades sobre o petróleo.

Foi nessa mudança, do sistema concessionário para o nacionalizado, que surgiu a PDVSA, com base nas mesmas práticas das empresas concessionárias, culminando novamente na deformação do exercício do Estado na administração da atividade petrolífera. Um dos equívocos foi a “emancipação” da PDVSA, que tornou-se autônoma em relação ao governo, subjugando leis, decretos e normas. Ou seja, criou-se um poder paralelo, o “estado dentro do Estado”.

Com o fim da era concessionária não se passa para a era de controle pleno por parte do Estado da sua indústria petrolífera, e sim a uma nova modalidade de relação subordinada Estado-transnacionais. Mais elástica e sutil, mais adaptável a evolução da realidade econômica e políticas contemporâneas, mantendo e aprofundando as características essenciais da situação anterior (POTELLÁ, 2006 p.196).

Por outro lado, revela-se a vontade política do atual líder do governo venezuelano, Hugo Chávez que, de forma mais enérgica que seus antecessores, retomou o controle da Empresa Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA). Tal ação tem permitido avanços sociais no país, que adotou políticas para centralizar os recursos advindos da atividade petrolífera e, dentre outros benefícios, conseguiu reduzir a pobreza de sua população. É do governo Chávez o registro das maiores entradas petrolíferas¹ nominais na história da indústria de hidrocarbonetos da Venezuela.

¹ Entenda-se por entradas petrolíferas as divisas advindas do comércio internacional do petróleo, ou seja, da exportação.

No entanto, o país ainda está engatinhando no sentido de tornar-se de fato soberano e independente das políticas neoliberais dos países desenvolvidos. Seu território vem sendo explorado comercialmente em busca de jazidas de petróleo desde 1922, quando saiu de uma economia essencialmente agrícola para uma economia centrada na produção e exportação de petróleo.

Assim, o presidente Hugo Chávez ainda tenta reverter essa situação negativista imposta pelas elites privatistas que gerenciaram as empresas petroleiras nacionais, transformando o petróleo no principal suporte político-econômico de seu governo. As ações de Chávez utilizam o petróleo como instrumento de política exterior.

A Reforma petrolífera realizada por Chávez na retomada do poder e domínio da PDVSA ocasionou as revoltas que culminaram no Golpe de Estado, ocorrido em 2002, e na Greve Petroleira em 2003.

Contudo, após a resolução de seus conflitos internos, a economia venezuelana tem apresentado resultados positivos nos últimos quatro anos, devido aos programas sociais e econômicos implantados por Hugo Chávez. Fatores que evidenciam esse crescimento são as próprias estatísticas, que mostram na Venezuela um crescimento percentual maior do que em toda a América Latina e Caribe juntos.

O posicionamento da Venezuela no âmbito internacional, a partir de uma política exterior baseada nas potencialidades energéticas do país, tem rendido bons frutos, como por exemplo, seu posicionamento como eixo energético da América Latina e Caribe.

1.1 Tema e problema

O presente trabalho pretende mostrar a situação de dependência econômica da República Bolivariana da Venezuela em relação ao petróleo, fonte energética que representa a principal fonte de renda do país. O trabalho visa esclarecer a situação sócio-político-econômica do país, a partir de 1909, bem como sua evolução até a eleição e reeleição do militar Hugo Rafael Chávez Frias como Presidente.

Desde 1976, com a nacionalização do petróleo, cada líder executivo do país vem desenvolvendo políticas relacionadas ao petróleo, com a finalidade de beneficiar a nação. Porém, até hoje, nenhum destes gerou tanta polêmica e talvez tantas realizações quanto o atual governante do país, Hugo Chávez, que retomou para o Estado a administração da

PDVSA. A pergunta que fica, contudo, é se algumas dessas políticas, que tiveram o petróleo como principal protagonista, realmente trouxeram para a nação algum benefício, algum melhoramento efetivo da situação em que se encontra a Venezuela, ou se tudo não se tratou apenas da disputa pelo poder da mais importante fonte energética do mundo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a dependência político-econômica da República Bolivariana da Venezuela em relação ao petróleo, não apenas como importante fonte energética, mas também como principal instrumento geopolítico.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Descrever a importância geopolítica e energética do petróleo;
- Apresentar a relação existente entre a Venezuela e o petróleo evidenciando a dependência econômica venezuelana em relação a essa fonte energética;
- Analisar a situação econômica da Venezuela pós-1970 até a eleição de Hugo Chávez, em 1999.
- Verificar como está a situação da Venezuela pós eleição de Chávez.

1.3 Justificativa

O presente trabalho se propõe a contribuir com um projeto de pesquisa em desenvolvimento realizado pelo Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-

Mundo da Universidade Federal de Santa Catarina (GPEPSM/UFSC). Esse grupo desenvolve um trabalho sobre a história e as perspectivas dos estados latino-americanos do neoliberalismo aos novos governos desenvolvimentistas.

1.4 Metodologia

“Analisando a origem e a evolução do vocábulo método, encontra-se seu significado como sendo o caminho para chegar a um fim, o que leva ao entendimento de método científico como caminho para chegar à verdade em ciência” (GIL, 2002). Para fazer uma análise econômica, os métodos mais utilizados pelos economistas são: o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico.

A efetivação deste trabalho requer a realização de revisão literária e pesquisa bibliográfica sobre a história social-político-econômica da Venezuela, mais precisamente na sua relação com sua maior fonte de renda, o petróleo. A ênfase maior foi dada para o período a partir do século XX, quando do descobrimento dessa fonte energética no país. Além disso, foi realizada uma revisão sobre o histórico do surgimento do petróleo no cenário internacional, suas vantagens e desvantagens.

A presente monografia se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os objetivos deste trabalho e uma breve introdução. No segundo capítulo evidenciam-se as vantagens e desvantagens do petróleo bem como sua relevância para a sociedade. No terceiro capítulo apresentamos o histórico da relação da Venezuela com sua maior fonte de renda, o petróleo. E no quarto e último capítulo mostramos a trajetória do atual governante do país Hugo Chávez e sua política em relação ao petróleo.

2 A GEOPOLÍTICA E IMPORTÂNCIA ENERGÉTICA DO PETRÓLEO

O caso do petróleo [...]. Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo. Daí a fúria moderna na luta pelo petróleo (MONTEIRO LOBATO, em O escândalo do petróleo e do ferro).

O petróleo, atualmente, é a principal fonte energética mundial. Trata-se de um recurso natural abundante, embora finito, mas que não é distribuído de forma igualitária nos territórios dos países. E, por tal motivo, já protagonizou diversos conflitos, tornando-se o “artigo” mais negociado entre nações e empresas. O petróleo é a principal fonte de renda de alguns países, como por exemplo, o país objeto deste trabalho, a República Bolivariana da Venezuela.

A partir do século XX, o petróleo destacou-se como mercadoria de grande importância geopolítica, tornando-se matriz energética básica de toda a sociedade industrial, além de motor energético da economia moderna. Tornou-se, portanto, peça fundamental para o desenvolvimento econômico da sociedade moderna.

Nesta “cultura de consumo de energia,” singular na história da humanidade, a saúde, bem-estar, prosperidade e perspectivas de bilhões de pessoas – sua segurança e a das suas nações – estão diretamente influenciadas pelo preço e disponibilidade do petróleo. O petróleo tornou-se a mercadoria estratégica mais importante de todos os tempos. Numa economia globalizada, aglutina todas as economias e povos mundiais numa matriz compartilhada. Essa matriz, porém, está sob crescente tensão. A servidão do mundo ao petróleo cria ameaças que embasam argumentos fortes para o fim do atual regime energético (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005 p. 117).

O petróleo hoje, enquanto fonte de energia, atende a quase todas as necessidades imediatas da sociedade. É o grande responsável por cerca de 95% da energia destinada ao transporte do planeta, além de ser utilizado na geração de energia elétrica e como matéria-prima de diversos produtos.

Vários acontecimentos históricos importantes podem ser ligados a essa fonte de energia, como por exemplo: a crise do petróleo na década de 1970, que teve grande repercussão no cenário internacional; a primeira guerra do Golfo; diferentes guerras entre os países árabes, inclusive a Guerra Irã-Iraque; a luta pela independência da Chechênia; Guerra

Iraque-Estados Unidos da América (Invasão do Iraque); e a greve petroleira na Venezuela, dentre outros.

Pelo modo que as jazidas estão distribuídas pelo mundo, de forma não igualitária entre os países, inclusive concentradas naqueles ditos “atrasados”, e também por ser o seu consumo fator de desenvolvimento e predomínio econômico, político e militar de algumas nações, o petróleo tornou-se objeto de cobiça de um grande comércio internacional. Tal fato ultrapassa fronteiras para o investimento de capitais e vem influenciando as decisões governamentais, que chegam inclusive, quando existe resistência por parte deles (do governo), a produzir golpes, problemas de governabilidade e a invadir fronteiras.

Todo eso há traído como consecuencia una urdimbre de relaciones económicas, políticas y militares, de alta y baja política, de grandísima complicación, no ayunas por supuesto de intrigas, espionajes, traiciones y violencia, cuyo centro de gravitación há sido el control de los hidrocarburos. Todo eso hace inevitable la presencia e intervención de las naciones, individual o coordinadamente (CALDERÓN, 2006 p.112).

Assim, a entrada do petróleo na economia global, como principal fonte fornecedora de energia, saiu do plano estritamente econômico e passou a ser pano de fundo para conflitos internacionais, entre países importadores e exportadores, além de empresas petrolíferas e governo.

A expansão do comércio mundial e, conseqüentemente, do consumo ocasionou o crescimento tanto da exploração das jazidas já existentes quanto da busca pela descoberta de novas. Contudo, grande parte dessas fontes de petróleo encontra-se em regiões conflituosas e “abrigam projetos e estratégias geopolíticas nacionais que chamam a atenção” (LINS, 2006 p. 12).

Logo, as disputas pelo petróleo acabam sendo uma faca de dois gumes, pois, ao mesmo tempo em que este agrega riqueza, também traz conseqüências problemáticas, como disputas comerciais, financeiras e políticas, além de conflitos nocivos entre diferentes países.

A sociedade moderna vem consumindo cada vez mais fontes energéticas, e a fonte mais utilizada e valorizada é o petróleo. Porém, o petróleo acabou por tornar-se uma ameaça à segurança global (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005).

O petróleo tornou-se uma ameaça global, em primeiro lugar pelo fato de ser um recurso finito, e até o presente momento não ter um substituto definitivo. A quantidade ofertada desse recurso energético está cada vez mais distante daquela demandada.

Num cenário de tendência ao crescimento constante da demanda, com a impossibilidade de incrementos substanciais no lado da oferta, fica evidente que, para manter um fluxo estável no volume necessário ao atendimento da demanda, não será suficiente os arranjos feitos via mercado, através da simples sinalização de preços. O petróleo passa a figurar, como em nenhum outro momento da história, não mais como uma *commodity*, mas sim como um elemento estratégico para a segurança nacional de vários países (MARTINS, 2007 p. 3).

Esse fato pode ser percebido nitidamente durante a década de 1970, marcada por duas crises petrolíferas. A primeira crise ocorreu no período compreendido entre 1970 e 1973, quando os preços do petróleo começaram a subir desenfreadamente devido às decisões tomadas pelos países do Oriente Médio integrantes da OPEP. A segunda crise ocorreu em 1979, quando os EUA não conseguiram mais manter a posição de fornecedores de última instância. A crise que se instalou nesse ano foi maior do que a anterior, e evidenciou a vulnerabilidade do Ocidente em relação ao abastecimento de petróleo.

Como as maiores reservas petrolíferas encontram-se em territórios considerados “atrasados”, sendo esse recurso o principal produto importado pelas nações industrializadas, os países detentores de jazidas petrolíferas têm seu território constantemente ameaçado. Tal ameaça parte principalmente das grandes potências econômicas, especialmente dos EUA que, através de seu grande poder militar, tentam garantir o controle sobre essas reservas. Outro fato constante nos países que detêm as reservas de petróleo é que, ao invés desse recurso trazer desenvolvimento e crescimento para a nação, acaba sendo alvo de conflitos e corrupção, é a chamada “maldição do recurso natural” (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005).

A atuação das potências industriais ao longo do século foi fortemente determinada ou condicionada pelo acesso e controle dos recursos de hidrocarbonetos, sobretudo o petróleo. A intervenção da Grã-Bretanha no Médio Oriente antes e após a Primeira Guerra Mundial [...]; o desenvolvimento de frentes de batalha durante a Segunda Guerra Mundial, na Europa Oriental e no Pacífico, a progressão da presença norte-americana no Golfo Pérsico-Arábico e na Ásia Central (Arábia Saudita, Iraque, etc.), são manifestações da mesma ambição de controlar um bem econômico essencial e de elevado valor militar (ROSA, 2006).

De acordo com Lins (2006), a energia será cada vez mais o centro dos conflitos internacionais, pois a dependência do mundo em relação aos recursos petrolíferos cresce diariamente. Tal fato é comprovado pelo alto índice de consumo internacional e pela expansão das importações de países como China e Índia, que vêm se destacando cada vez mais no cenário político-econômico dos combustíveis não renováveis.

Segundo Vieira de Barros (2007), a geopolítica e a economia caminham lado a lado no quesito da disputa por recursos energéticos naturais estratégicos e, ao mesmo tempo,

escassos. E essa disputa torna-se ainda mais violenta quando gira em torno do controle de fontes energéticas, indispensáveis ao funcionamento da sociedade moderna, em particular nas grandes potências.

Outra forma de ameaça global que o petróleo traz refere-se à degradação do meio ambiente, mais precisamente das condições climáticas. Seu consumo massivo corrobora na emissão dos gases poluidores que provocam o efeito estufa, causando enchentes, secas prolongadas, disseminação de doenças, além do aumento do nível do mar.

As ameaças existentes à segurança serão intensificadas, na proporção em que os impactos da mudança climática afetem mananciais regionais de água doce, produtividade agrícola, saúde humana e de ecossistemas, infra-estrutura, fluxos financeiros e economias e padrões de migração (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005 p. 128).

Outro fator relativo à mudança climática é o aumento da pobreza. Este se deve à proliferação de doenças e desastres como enchentes, secas prolongadas, além da diminuição da oferta de alimentos e aumento do preço destes, dentre outros. Esses fatores somados fazem crescer ainda mais o abismo existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ocasionando problemas como o aumento das intervenções militares.

A dependência da economia global em relação ao petróleo a torna vulnerável, pois o aumento constante do preço desse recurso ocasiona recessão e inflação, com grandes impactos na renda da população e do emprego. Tal dependência deixa tanto países exportadores quanto importadores dependentes desta relação, pois um não pode ficar sem o outro. Ou seja: “Nações importadoras e exportadoras – mantêm o mesmo tipo de relacionamento que viciados e traficantes: nenhum pode facilmente prescindir do outro” (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005 p.118).

Logo, percebe-se que o petróleo tem muita influência sobre a economia mundial, pois uma simples variação no seu preço pode dar início a um período de recessão ou de crescimento (FUSER, 2008).

A segurança global mostra-se cada vez mais ameaçada pelas tensões provocadas pela oferta do petróleo e pela dependência dos países em relação às jazidas localizadas no Oriente Médio.

Ou seja: “[...] o ponto que fez com que o petróleo outrora tenha nos ajudado a garantir a segurança humana, hoje, nos tornou mais vulnerável.” (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005, p. 115).

A necessidade de se obter energia para desenvolver a maquinaria de guerra e de bens materiais tornou-se ainda mais evidente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), deixando clara a necessidade e importância de se controlar fontes de energia, principalmente por parte das potências do chamado primeiro mundo, no intuito de manter ou ascender a posições privilegiadas na esfera internacional. No entanto, as principais jazidas encontram-se exatamente no território dos países considerados “atrasados” o que, mais tarde, foi constatado pelos demais, fato este transformado em um jogo de políticas externas nos países subdesenvolvidos (MIJARES, 2003).

De acordo com Carmen Alveal (2003), o petróleo foi o responsável pelo destino dos países vencedores e perdedores durante as duas grandes guerras mundiais, promovendo a descolonização e a industrialização das nações.

Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos da América passaram a se envolver mais abertamente nas questões da região do Oriente Médio, exatamente quando a importância das reservas petrolíferas dessa região tornou-se ainda mais evidente.

De acordo com Lins (2006), o papel do petróleo ficou evidente durante a guerra árabe-israelense. “Numa palavra, energia, guerra e geopolítica haviam se tornado temas profundamente interligados” (LINS, 2006 p. 11).

Para Evandro Vieira de Barros (2007), a geopolítica do petróleo trouxe nova configuração internacional, pois a importância geopolítica do petróleo se expressa de várias maneiras, e o acesso às fontes de petróleo internacionais constitui uma questão fundamentalmente geopolítica. A localização desse recurso natural envolve dois atores: o Estado, que detém o petróleo em seu território; e o Estado carente de energia, que necessita desta para assegurar a competitividade de sua economia.

O conceito de geopolítica relacionado ao tema do petróleo, de acordo com Alveal (2003), nada mais é do que o objetivo das nações de controlar tanto seus meios de produção quanto dos outros países, no intuito de agregar poder e riqueza. Assim, o petróleo, grande fonte geradora de riqueza, tornou-se o centro das disputas entre países consumidores e detentores das jazidas petrolíferas.

2.1 As Indústrias Petrolíferas

Desde a sua descoberta em 1859, o petróleo “originou a mais competitiva indústria energética e fundou a base tecno-energética de desenvolvimento do século XX” (ALVEAL,

2003 p. 2). Porém, o petróleo somente seria explorado de forma massiva no início do século XX, quando muda a matriz energética do capitalismo da época.

Desde o século XIX que o petróleo vem sendo a principal fonte de energia consumida por todo o globo. E, desde então, passou a ser fonte de preocupação das nações e de suas políticas. Atualmente, o consumo de energia se faz indispensável mundialmente. Porém, os custos para sua obtenção são altos e requerem uma grande aplicação de capital, devido a diversas dificuldades, como a localização de jazidas e sua extração, transporte, refinamento e distribuição. E, no atual sistema mundo que nos encontramos, onde quem atua como personagem principal é o capitalismo, grandes empresas têm se formado e feito do petróleo provavelmente o mercado mais lucrativo do mundo.

No início do século XX surgem as principais e maiores empresas petrolíferas do mundo, mais precisamente no Ocidente. “O petróleo se converte numa questão de Estado, como se havia visto claramente na Primeira Guerra Mundial. Todas elas iniciavam nessa década uma intensa busca de jazidas por todo o mundo” (DURÁN, 2008 p. 6).

O petróleo foi um dos principais determinantes das disputas geopolíticas, em especial das duas guerras mundiais. O desenvolvimento dessa indústria foi responsável pela mudança na “arte da guerra” e pelas conseqüências ocasionadas por elas. Na Primeira Guerra Mundial isso pode ser claramente observado; de soldados a pé, navios movidos a carvão para tanques, transporte motorizado e aviões com derivados de petróleo (DURÁN, 2008).

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as grandes empresas e governos, especialmente o norte-americano e alguns europeus, passaram a disputar as jazidas petrolíferas localizadas no Oriente Médio. Essa competição entre as empresas dos Estados Unidos e da Europa acabou por pressionar a disputa pela descoberta de novas jazidas na América Latina, Oriente Médio e Ásia.

Nesse período, a indústria petroleira já estava fortalecida por grandes avanços tecnológicos. A busca por disciplina de desenvolvimento pelas indústrias de petróleo cresceu e, para isso, fez-se necessário o controle tanto da produção quanto dos preços. Para atingirem esse objetivo seria necessário conseguir os direitos de propriedade e também o controle das reservas, este contemplado pelas concessões. Também foi adotada uma coordenação que impedisse formas perigosas de competição e controlasse produção e demanda. A solução encontrada foi a formação de cartel “com uma participação precisa dos mercados mundiais, que consolidou as posições [...] conquistadas pelas sete maiores corporações petrolíferas” (ALVEAL, 2003 p. 8).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a estratégia da indústria petrolífera cresceu, aumentando e preservando o domínio político-econômico das nações ditas desenvolvidas e acelerando o processo de industrialização das nações. E, em 1960, foi criada a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que envolveu tanto governos quanto empresas petrolíferas. O objetivo principal dessa organização era o controle dos preços do petróleo, que só foi alcançado na década de 1970, juntamente com as nacionalizações das indústrias petrolíferas na Venezuela e no Peru.

É depois desse período também que os Estados Unidos deixam de ser o principal exportador mundial de petróleo e principal consumidor para tornar-se o principal importador de petróleo do mundo.

A exploração do petróleo está intensamente ligada ao desenvolvimento e investimento de alta tecnologia: empresas verticalizadas, economias de escala, garantia de fornecimento da matéria-prima, como também o desenvolvimento no quesito distribuição e logística. É exatamente por este motivo que o segmento petrolífero é composto por empresas de grande porte (VIEIRA DE BARROS, 2007).

A atuação dessas grandes potências industriais foi determinada pelo acesso ou controle do petróleo, ou seja:

A geopolítica do petróleo tem estado patente nas relações internacionais desde o início do século XX. A indústria petrolífera, a motorização de veículos terrestres e navais e a indústria aeronáutica haviam-se desenvolvido notavelmente nos EUA. As potencialidades militares destas inovações eram evidentes (ROSA, 2006).

As multinacionais do petróleo são um dos grupos industriais mais poderosos e influentes do globo, pois a mercadoria operada é absolutamente essencial para o sistema econômico mundial. “Interesses estratégicos e outros, de Estados, companhias petrolíferas e mercado financeiro (movimentado pelos petrodólares) se compõem e se desdobram tanto em diplomacia quanto em guerra, como se pôde observar no ataque militar ao Iraque” (VIEIRA DE BARROS, 2007 p. 53).

No século XX, o setor energético tornou-se a atividade central no desenvolvimento industrial interno e externo. O que fez com que o objetivo principal dos governos fosse garantir o suprimento energético para contemplar a crescente demanda, o que tem sido possível através de políticas de controle de preços e controle de demanda e produção. “No comércio mundial do petróleo, as políticas dos Estados na busca de poder e de riqueza se

misturam com os interesses privados de grandes empresas capitalistas – elas mesmas, com muita frequência, instrumentos de estratégias estatais” (FUSER, 2008 p. 40).

2.2 Petróleo e Conflitos

“[...] o petróleo serve, igualmente, para fazer a guerra” (FUSER, 2008 p. 41).

O primeiro vínculo entre o petróleo e a capacidade militar aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, através da frota britânica que trocou seus navios movidos a carvão, para o petróleo. A mudança de combustível tornou os navios muito mais fortes, permitindo deixar os alemães, que até então não tinham aderido ao novo combustível, de fora.

A partir de então, o petróleo tornou-se um importante instrumento estratégico e, na Segunda Guerra Mundial, os alemães tentaram dominar reservas de petróleo, para que o resultado da guerra anterior não se repetisse. Porém, suas tentativas fracassaram, ficando a Alemanha sem fornecimento desse importante recurso energético e saindo novamente derrotada da guerra.

Da mesma forma, o Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, sofreu embargos dos Estados Unidos que impediram que o país fosse abastecido.

O acesso ao petróleo era considerado pelos estrategistas americanos como algo particularmente importante por ter sido um fator essencial para a vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo. [...] foi o petróleo que serviu de combustível para os exércitos que derrotaram a Alemanha e o Japão. O petróleo deu às forças aliadas uma vantagem decisiva sobre seus adversários, que não dispunham de fontes seguras desse combustível (KLARE, 2001 apud FUSER, 2008 p. 41).

Outro conflito de grande repercussão foi a Guerra Árabe-Israelense, principal responsável pelo início oficial da crise petrolífera, em 1970. Tal conflito incutiu nos países ditos de primeiro mundo a crença de que, a simples perspectiva de que as reservas de petróleo estivessem sob o domínio de uma parcela hostil do Oriente, não seria positiva para o Ocidente. Tal preocupação evidenciou-se ao ser constatado que o Oriente Médio detém mais de 60% das reservas mundiais de petróleo.

Em 1980 inicia-se a guerra Iraque-Irã, patrocinada pelo ocidente, especialmente pelos EUA. A idéia era que esses dois países, detentores das maiores reservas mundiais de petróleo depois da Arábia Saudita, se destroçassem nessa guerra, desestabilizando assim a

OPEP, pois os mesmos eram membros importantes dessa organização. Além disso, essas eram as únicas reservas não controladas pelo Ocidente.

No início dos anos 1990, os EUA travaram uma guerra contra o Iraque, mais conhecida como Guerra do Golfo, esta desencadeada após a anexação do Kuwait pelo segundo, cuja principal motivação foi a ampliação do controle das reservas de petróleo.

A Guerra do Golfo introduziu nas relações internacionais uma nova característica para o século XXI: a disputa pela questão energética. Essa disputa pode ser exemplificada mais precisamente pelo domínio e posse das jazidas de petróleo, que até então é a principal fonte energética utilizada no mundo.

Dessa maneira, é possível afirmar que esse vínculo entre poder e petróleo vem crescendo de maneira expressiva, e as disputas travadas desde então terão a finalidade de conseguir o controle das fontes energéticas existentes.

Assegurar as condições de fornecimento tornou-se, assim, um imperativo, e a densidade da trama de fluxos mundiais de comércio implicando ambos os recursos fornece uma idéia sobre o caráter estratégico incrustado no controle sobre as fontes e as estruturas de distribuição (LINS, 2006 p. 11)

No quesito de conflitos, o Oriente Médio é o exemplo mais expressivo. A Arábia Saudita possui um quarto das reservas mundiais de petróleo, além de um regime monárquico instável. O mesmo acontece com o Iraque, o Kuwait e o Irã, três grandes detentores de reservas petrolíferas mundiais, todos com graves crises internas.

A Rússia, por sua vez, tem demonstrado expressiva desenvoltura no seu reposicionamento no mercado mundial de petróleo, tornando-se dessa forma outra grande protagonista no quesito estratégia geopolítica. Assim, nos últimos anos a Rússia vem tentando, tal como os Estados Unidos, conseguir influência suficiente para interferir em assuntos energéticos nas áreas do Cáucaso e Ásia Central.

Com uma carga geopolítica menor, África e América do Sul estão ascendendo no mapa energético mundial. Na África, países como Nigéria e Angola estão emergindo como fornecedores mundiais de petróleo, exportando para os Estados Unidos e também para a Ásia Oriental. Como esses países vivenciam constantes conflitos, é difícil acreditar que entrem para o rol de produtores mundiais. “De todo modo, é difícil aceitar que, em termos geopolíticos, o quadro africano possa ter representatividade equivalente às dos processos em curso na Ásia Central e das necessidades energéticas no Extremo Oriente, vinculadas particularmente à trajetória da China” (LINS, 2006 p. 14).

O tema “energia”, na América do Sul vem acompanhado de manifestações nacionalistas, que protegem esses recursos em prol da nação, utilizando-os como fonte para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Exemplo recente foi a nacionalização das atividades de exploração petrolífera e de gás na Bolívia, comandada pelo presidente Juan Evo Morales Ayma. Também podem ser citados os acordos realizados entre os países da América do Sul em matéria energética, sendo a maioria financiada e liderada pela Venezuela, o que mostra sua solidificação nos vínculos de natureza geopolítica, não só no continente Sul-Americano, mas em toda a América Latina. A Venezuela destaca-se por possuir a maior reserva de petróleo fora do Oriente Médio; além de importantes reservas de gás natural e de ser um grande exportador de petróleo, fornecendo principalmente para os EUA e tendo sua economia centrada na renda petrolífera.

Já na Ásia, destacam-se China e Índia na geopolítica de recursos energéticos, por serem grandes consumidores de gás e petróleo. Fenômeno esse possível graças ao crescimento econômico desses países, em particular da China. Mesmo a China sendo grande consumidora e dependente dos recursos energéticos importados, desempenha importante papel na política energética externa. Exemplo claro disso é a construção de novas rotas para transportar petróleo e gás.

Na China, a demanda por energia tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, tornando o tema do fornecimento seguro nas próximas décadas, um dos elementos centrais da agenda de segurança nacional. A movimentação ocorrida em direção à África, América Latina e Rússia reflete a preocupação chinesa com a escassez latente de petróleo e a tentativa de estabelecer acordos, ou, ao menos, manter uma proximidade consistente, que possibilite acordos futuros para fornecimento de petróleo (MARTINS, 2007 p. 3).

Porém, a grande preocupação da China para manter esse abastecimento energético são os Estados Unidos, pois este país atualmente, além de grande consumidor de petróleo, detém ou financia as maiores empresas internacionais petrolíferas. Logo, a China segue cautelosa na sua trajetória de “segurança” energética, disfarçando sua real necessidade de abastecimento interno para que essas forças externas, os norte-americanos, não traiam intencionalmente os interesses chineses.

Logo, conclui-se que neste cenário, onde os grandes países do cenário internacional tornam-se cada vez mais dependentes do consumo de fontes petrolíferas, os países detentores dessas fontes possuem papel primordial. Porém, como essas reservas encontram-se nas regiões menos desenvolvidas, como Oriente Médio e América Latina, é primordial que esses

países saibam adotar políticas relacionadas a esse bem tão precioso, garantindo sua sobrevivência e uma inserção internacional maior, afastando também possíveis ameaças vindas das grandes potências internacionais, tão dependentes desse recurso energético.

A Venezuela surge então nesse cenário, no ano de 2000, devido às mudanças políticas proporcionadas pelo atual presidente do país, Hugo Chávez. Esse país passou então a ser visto com outros olhos e de forma mais atenciosa pelos norte-americanos, pois as políticas adotadas pelo governo venezuelano passaram a prejudicar seus interesses. Pois num período onde “[...] o aumento estrutural da demanda global por energia e o conseqüente acirramento das disputas por fontes seguras, a manutenção das fontes tradicionais torna-se uma questão de segurança nacional” (MARTINS, 2007 p. 7).

3 HISTÓRICO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA

A Venezuela, antes da descoberta do petróleo em seu território, era um país de economia agro-exportadora. Somente a partir do século XX, com a descoberta de jazidas de petróleo, o país mudou sua economia da monocultura de café e cacau para a extração e exportação de petróleo que se tornou sua maior fonte de renda desde então.

A partir dessa data a Venezuela, numa transição extremamente rápida, tornou-se um país exportador de petróleo e importador do restante, principalmente dos Estados Unidos. Além de atrair grandes investimentos diretos estrangeiros.

É também nesse momento que o capital internacional penetra na sociedade venezuelana e passa a querer ditar suas próprias regras e condições de reprodução.

A exploração de petróleo na Venezuela, de acordo com Potellá (2006), é determinada historicamente pela relação entre o Estado e o capital petroleiro internacional. O petróleo é utilizado como ferramenta principal no setor externo da economia do país.

Los hidrocarburos continúan siendo el componente absolutamente mayoritario del “sector externo” de la economía nacional, vector fundamental de los ingresos de exportación del país, desarrollados em función de la demanda de los mercados internacionales y a partir de una industria capital-intensiva, com una acentuada dependência tecnológica y de insumos del exterior y, por ende, com relativamente escasos encadenamientos internos (POTELLÁ, 2006 p. 183).

A partir do momento em que o capital internacional percebeu que o petróleo era um recurso lucrativo iniciou-se uma corrida entre as empresas estrangeiras em busca das melhores e maiores jazidas.

3.1 Período Concessionário

No início da vida republicana, no século XIX, foram outorgadas as primeiras concessões para a exploração petroleira. Durante o século XX, momento no qual a Venezuela se encontrava em estado de pleno atraso, tanto econômico quanto tecnológico e político, foram encontradas as maiores jazidas de petróleo do país. Tal momento, de acordo com Calderón (2006), foi consequência da entrega do manejo desses recursos a empresas privadas estrangeiras.

Assim, a Venezuela surgiu como importante país petrolífero sob um regime concessionário que, resumidamente, funcionaria da seguinte maneira: o Estado seria o proprietário das jazidas de petróleo cuja exploração seria concedida a particulares, mediante a figura das concessões.

Nas palavras de Calderón (2006), as concessões nada mais são do que uma figura de direito público, mediante a qual se outorga condicionalmente a particulares, o direito de realizar determinadas atividades que, originalmente, seriam feitas por um órgão público de maneira adequada para o bem da coletividade. O que conduz logicamente à idéia de que tal ente público deveria fiscalizar a realização das atividades concedidas pelo Estado.

Dessa maneira, as atividades petrolíferas na Venezuela deveriam ser fiscalizadas e também vigiadas pelo Estado. Porém, tais faculdades foram deixadas de lado ou exercidas com dificuldade pelo Estado, o que facilitou aos concessionários assumirem um papel preponderante, inclusive tomando para si atividades e faculdades essenciais do Estado, como a de legislar.

O início do regime concessionário na Venezuela caracterizou-se pelas lutas entre as empresas estrangeiras para apoderar-se das melhores áreas, além da busca da República para dar um curso legal às atividades petrolíferas e, assim, melhorar a participação da nação nos lucros produzidos pela atividade petrolífera.

Os preços do petróleo eram controlados pelas concessionárias conforme sua própria necessidade, restringindo a participação da nação na renda produzida.

O petróleo era regido pela Lei de Minas e, somente em 1918, no governo de Juan Vicente Gómez (1915-1929), foi ditado um regulamento dentro desta, o “Decreto Regulamentar do Carvão, Petróleo e Similares”, destinado à regulamentação do setor. Esse decreto estipulava que apenas metade das áreas concedidas à exploração de petróleo poderiam ser utilizadas e a outra metade pertencia ao Estado.

Apenas em 1920 foi promulgada a primeira Lei de Hidrocarbonetos, que aumentava o valor da tributação para a exploração de petróleo, diminuía as áreas de concessão, aumentava as reservas nacionais e determinava que todo o petróleo seria de propriedade estatal. Contudo, um ano depois, o Congresso Nacional alterou essa lei, beneficiando as concessionárias.

A partir de 1928, a Venezuela desponta como segundo maior produtor mundial de petróleo que, de acordo com Barros (2006), induziu ao aumento da arrecadação fiscal decorrente do petróleo fortalecendo o Estado.

E no ano de 1943, durante o governo de Isaías Medina Angarita, foi promulgada a Lei dos Hidrocarbonetos, chamada de reforma petroleira, cujo objetivo era regular e corrigir juridicamente as atividades petroleiras, além de criar bases para melhorar a situação econômica do país. Essa lei também aumentava o valor que as concessionárias deveriam repassar ao Estado, além dos impostos sobre a renda. Tal lei teve ampla aceitação nacional e unificou o regime concessionário outorgado anteriormente, estendendo os contratos por mais 40 anos. Dessa forma, de acordo com Calderón (2006), pretendia-se controlar a idéia dos concessionários de criar um estatuto próprio, que lhes daria imunidade a qualquer mudança ocorrida, principalmente as de caráter impositivo.

Esa reforma se anoto em las tendência de corregir las irregularidades legales observadas em las concesiones otorgadas a comienzos de siglo, mediante su adaptación y a una nueva Ley de Hidrocarburos, sin proponerse recuperar de manos de los concesionarios las actividades concedidas, como se vio con la prorroga del lapso de las concesiones por cuarenta años más (CALDERÓN, 2006 p. 116)

Nesse mesmo ano foi apresentado também um novo Imposto de Renda Progressivo, cujo objetivo era a arrecadação maior das empresas petroleiras do país para impulsionar o desenvolvimento. Fato esse que não foi bem visto pelas empresas estrangeiras, que passaram a exercer fortes pressões sobre o governo de Medina Angarita. A idéia de nacionalização ainda não passava de um anseio, e permanecia longe dos programas das organizações políticas do país.

O ano de 1945, fim da 2ª Guerra Mundial, quando o preço do petróleo encontrava-se num patamar bem elevado, é considerado mais um marco na legislação petroleira, pois foi criado um imposto que determinava que os lucros da exploração petroleira deveriam ser divididos em parte iguais entre Estado e empresas estrangeiras, o chamado *fifty-fifty*. Esse imposto trouxe ganhos a curto prazo para o país e foi suspenso em 1958.

Depois do governo ditador de Pérez Jiménez, em 1958, foi firmado um acordo entre os principais partidos da época cujo objetivo era a defesa dos valores democráticos. Tal acordo foi denominado *Punto Fijo*, também conhecido como IV República. “Esse pacto garantiu a ordem institucional e a democracia formal e, ao mesmo tempo, petrificou as estruturas sociais ao oferecer a maior riqueza do país, o petróleo, para um grupo oligárquico” (BARROS, 2006 p. 3).

Em 1959, no governo de Rómulo Betancourt, foi criada a Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), além da política de não mais outorgar concessões. Foi marcada uma data para o fim da última concessão: 1983, que seria uma data muito importante para o futuro, o

ano de desapego da Venezuela, que traria liberação econômica e desenvolvimento. Foi também no governo de Betancourt que surge a idéia da criação da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo e cresce a participação do petróleo na economia do país. Em 1956 e 1957, no governo de Marcos Pérez Jiménez, foram outorgadas as últimas concessões que receberiam empresas estrangeiras na Venezuela.

Diante deste quadro, as concessionárias decidiram colocar em prática uma política de “desinvestimento” nas atividades petroleiras, investindo menos, depreciando e até mesmo abandonando ativos. Dessa forma, a indústria petroleira foi debilitando-se, servindo ao propósito das concessionárias de pressionar o governo a manter as concessões.

Devido ao não investimento nas atividades petroleiras pelas concessionárias, foi aprovada em 1971, a ‘Lei sobre Bens Afetados a Reversão na Concessão Petroleira’, conhecida como Lei da Reversão. Tal lei deixava clara a obrigação das concessionárias em manter em eficiente estado de funcionamento as atividades petroleiras, e também as obrigou a explorar as áreas já conhecidas, sob a penalidade de perder sua concessão, revertendo à nação essas áreas, bem como todas aquelas que não apresentarem resultado positivo.

Desmantelada a manobra das concessionárias e, dada a grande aceitação nacional da Lei de Reversão, ficava aberto o caminho para a nacionalização que, até então, não tinha sido assumida com seriedade pelos maiores partidos políticos do país.

3.2 A Nacionalização

Em 1974, foi apresentado o primeiro projeto de Lei de Nacionalização Petroleira ao Congresso pelo MEP (Movimento Eleitoral do Povo), o mesmo partido minoritário que apresentou o projeto da Lei de Reversão. Em seguida, foi apresentado outro, que incluía uma variante sobre a comercialização, pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), outro partido de oposição que, mais tarde, viria a ser o governo. Diante da aceitação geral que teve a Lei da Reversão, o Executivo Nacional assumiu a nacionalização e criou a Comissão Presidencial da Reversão, que teve como objetivo estudar a melhor maneira de reverter as atividades petroleiras outorgadas às empresas privadas estrangeiras, além de fazer recomendações ao Executivo. A Comissão decidiu utilizar-se da via legislativa, preparando e apresentando ao Presidente da República, Carlos André Pérez, um projeto de lei, que concedia

ao Estado a Indústria e o Comércio de Petróleo. Essa lei foi enviada para a aprovação de um comitê, onde sofreu alterações que geraram polêmicas tanto dentro quanto fora do Congresso.

Foi em 1976, no governo de Pérez, que a indústria nacional petroleira foi nacionalizada. O principal objetivo da nacionalização era a recuperação do controle das atividades petroleiras que, além de aumentar a participação da nação no ingresso petroleiro deveria também ser aperfeiçoada para contribuir e interagir com o desenvolvimento de outros setores da economia. Para que isso acontecesse, era necessária a mudança do modelo produtivo-exportador vigente.

Duas teorias surgiram a respeito do aprofundamento e harmonização do nacionalismo, a internalização e a internacionalização. A internalização tinha como objetivo primordial atender às necessidades internas da nação, ficando a exportação condicionada a esse fator. E a internacionalização tinha como principal objetivo a exportação, a verticalização da indústria petroleira.

A internacionalização foi colocada em prática mediante a compra massiva de empresas no exterior, sobre bases semelhantes às do modelo produtivo-exportador.

E, ao final, a mudança do sistema concessionário para o nacionalizado aconteceu sobre as mesmas bases já existentes. As empresas concessionárias transformaram-se em filiais e foi criada a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA). A PDVSA funcionava como uma casa matriz e utilizava as mesmas práticas e cultura das empresas concessionárias.

Por isso, para Carlos Mendoza Potellá (2006), a data de 1º de janeiro de 1976 nada mais foi do que uma estratégia para diminuir a participação da nação nas entradas petroleiras.

Com las galas de la “nacionalización” se inició el desmontaje de todos los logros laboriosamente obtenidos, entre avances y retrocesos, por la política petrolera de inspiración nacionalista entre 1920 y 1973: Comenzando por la liquidación del control y fiscalización total de la industria por parte del Ministerio de Minas e Hidrocarburos y llegando AL desmoronamiento de la regalia y de las tasas del impuesto sobre la renta (POTELLÁ, 2006 p. 184).

O ano de 1976 não modificou a relação existente entre o Estado e o capital internacional petroleiro e, mais uma vez, burlou a participação nacional nas entradas petroleiras. As grandes corporações petroleiras continuaram a controlar os benefícios provenientes do petróleo venezuelano.

Ese “adelanto” permitió, entre otras cosas, extender la presencia transnacional en la industria petroleira venezolana fuera del área concesionaria, a toda el área sedimentaria del país que hasta entonces constituía la “reserva nacional” venezolana

destinada a ser operada exclusivamente por la empresa petrolera estatal (POTELLÁ, 2006 p. 184).

Com o “fim” das concessões foram feitos contratos de assistência técnica e comercialização entre as empresas petroleiras e o governo. Esses contratos concediam às empresas, nada mais nada menos, do que a produção e refinação e mercado de petróleo e produtos venezuelanos, constituindo assim o novo modelo de dependência do Estado venezuelano em relação ao capital internacional.

Resumiendo entonces, fue así como, em 1976, después de ser ventajosamente indemnizadas por la entrega de equipos, instalaciones e inmuebles largamente depreciados, habiendo obtenido unos contratos de asistencia técnica que simplemente disimulaban injustificados pagos adicionales, unos contratos de comercialización en donde se les otorgaban jugosos descuentos y, previo también, un avenimiento secreto em el cual recibieron garantías no escritas – pero fielmente cumplidas – de participación em todos los futuros emprendimientos petroleros del país, las grandes corporaciones internacionales renunciaron a sus concesiones (POTELLÁ, 2006 p. 191).

E, para completar, as concessionárias deixaram como garantia, nativos de sua confiança na gerência das operadoras nacionais. Ocorreu um doutrinamento dos gerentes dentro da PDVSA, com a finalidade de repelir e neutralizar as ações do governo. O Ministério responsável pela fiscalização das atividades petroleiras foi perdendo a força, uma vez que a PDVSA era tida como modelo de gerência eficaz, e era inclusive utilizada em questões fora do espaço petroleiro. Dessa forma, a PDVSA acabou por tornar-se autônoma, desobedecendo as políticas públicas aplicadas a ela e elaborando suas próprias leis.

De acordo com o autor Carlos Mendoza Potellá, a nacionalização não foi outra coisa senão a conclusão de um longo e conflituoso processo de esgotamento do padrão normativo das relações entre o Estado venezuelano e as companhias estrangeiras concessionárias, ou seja, um conjunto de estruturas legais e regularizadas no marco da qual se desenvolvem estas relações. Na visão do autor o Estado participava desse processo, diminuindo gradativamente sua capacidade de controle e fiscalização sobre as atividades das concessionárias, aumentando assim sua parte na repartição da renda petroleira.

3.3 Pós Nacionalização (1976-1998)

Depois da nacionalização petroleira em 1976, a PDVSA se converteu em algo como um “Estado dentro do Estado”. Os gerentes da companhia mantinham a mentalidade das empresas estrangeiras do período concessionário (MOMMER, 2003).

De acordo com Potellá (2006) a empresa petroleira estatal no período que compreende 1976 a 2002 foi gerenciada por uma elite de pensamento privatista que tentava passar por cima das leis criadas pelo Estado, constituindo assim um poder sem controle, o “Estado dentro do Estado”, chamado por ele de poder petroleiro.

Da mesma forma, as tentativas dos partidos AD (Acción Democrática) e COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente) de regularizar e fiscalizar a atividade petroleira foram fracassadas. O que levou, em 1989, à Abertura Petroleira e à privatização de empresas.

Em 1976, com a nacionalização, começa uma fase de crescimento da receita fiscal e junto com a alta do preço de petróleo, garante a bonança petroleira até a década de 1980.

Diante da grande explosão do preço de petróleo e, conseqüentemente, de entradas fiscais em 1973/74, o Congresso aprova uma lei que concede ao Presidente Pérez liberdade total para gastar o dinheiro proveniente das entradas fiscais petroleiras a seu critério.

Pérez tinha um programa chamado “Grande Venezuela”, cujo objetivo era o desenvolvimento do país pela industrialização num prazo curtíssimo, estatizando empresas e forçando a saída do capital estrangeiro do país. Para concluir essa agenda, ele utilizou-se de entradas fiscais futuras diante do quadro positivo que era apresentado. Porém, com a saída do capital estrangeiro, a economia não deu conta de absorver o capital. “Así, finalmente, un gobierno aislado e indefenso fue ahogándose en su riqueza financeira” (MOMMER, 2003 p.4).

Depois do ocorrido, apenas a PDVSA mantinha-se forte e, em 1983, dá início à sua política de internacionalização, com a finalidade de manter fora do alcance do governo os lucros provenientes da atividade petroleira, através de preços de transferência².

Com a *Apertura*, a PDVSA passou a fazer investimentos no exterior e concessões para capitais privados que desejassem investir internamente. Como já mencionado, fez-se uma interpretação bastante dilatada da legislação vigente para que as concessões se efetivassem. Este processo se deu em duas fases: num primeiro

² Valor cobrado por uma empresa na venda ou transferência de bens, serviços ou propriedade intangível, a empresa a ela relacionada. Ou seja, preços encarecidos nas vendas à suas próprias filiais no exterior (MOMMER,2003).

momento o objetivo principal era uma abertura para fora, levando a PDVSA a investir em seus principais mercados internacionais; numa segunda etapa, houve uma abertura para dentro, possibilitando a entrada de capitais (MARTINS, 2007 p. 14).

Nesse mesmo ano, a PDVSA compra sua primeira participação em uma refinaria estrangeira, a alemã VEBA. De acordo com Mommer (2003), a PDVSA alegou que essa empresa proveria um grande mercado para o petróleo pesado venezuelano. Contudo, até então a refinaria em questão nunca havia processado um barril de petróleo pesado. Nada mais era do que uma tentativa de manter os lucros fora do alcance do Estado.

Esse fator foi levado ao Congresso, porém a questão foi decidida a favor da PDVSA, e teve sua confirmação com o decreto do Presidente Jaime Lusinchi (1984-1989), que dizia que a PDVSA poderia estabelecer seus próprios preços. Em seguida a PDVSA passou a atuar nos Estados Unidos com o nome de CITGO. Assim, continuou mantendo sua política de preços de transferência. Dessa maneira para mudar os termos dos contratos entre PDVSA e suas subsidiárias, seria necessário cancelar as dívidas da companhia petroleira venezuelana que, em 2003, já alcançavam a marca de dez milhões de dólares (MOMMER, 2003).

Na década de 1980, os preços do petróleo começam a cair e inicia-se uma reavaliação da política petroleira, além da abertura da indústria de petróleo para o capital internacional, chamada de Abertura Petroleira. A PDVSA começa então a promover a privatização através da abertura, da internacionalização, dos convênios e da tentativa frustrada de vender parte do controle acionário da própria empresa (POTELLÁ 2006).

A OPEP tenta intervir nessa queda de preços do petróleo através de um sistema de quotas. A Venezuela e a companhia petroleira PDVSA começam a buscar caminhos para minimizar o impacto dessas quotas.

Quando Carlos Andrés Pérez, responsável pela nacionalização do petróleo, assumiu a presidência pela segunda vez (1989-1993), teve que enfrentar um panorama muito diferente do seu primeiro mandato, as reservas cambiais do país haviam acabado e ele se viu então obrigado a aceitar um acordo com o FMI. O governo tomou medidas de cunho neoliberal, aumentando o preço de petróleo nas bombas de combustíveis, o que teve como consequência uma revolta popular em fevereiro de 1989, chamada de *Caracazo*. Foi no mandato de Pérez também a tentativa de reverter a internacionalização petroleira. Contudo, a última não foi alcançada devido à forte burocracia da PDVSA, que se opôs a qualquer tipo de mudança. Como última alternativa, o presidente elege Andrés Sosa Pietri como presidente da PDVSA,

com o objetivo principal de mudar as relações do país com a OPEP, além de tornar a PDVSA uma “corporação energética mundial” (BARROS, 2007).

Já na década de 1990 a situação se agrava e ocorre a volta do capital privado à Venezuela, ou seja, com a volta do investimento internacional volta também o controle deste sobre o país. Iniciam-se as privatizações no país.

Em 1992, o presidente Carlos Andrés Pérez aprovou a Lei de Privatizações. É nesse período que a figura do futuro presidente Hugo Chávez vira foco das atenções. E, em 1993, Carlos Andrés Pérez foi retirado do poder através de um impeachment.

A revolta do *Caracazo* ocorrida no mandato de Pérez mostrou o declínio do *Punto Fijo*, abrindo possibilidade para o surgimento de novas alternativas.

Rafael Caldera é eleito o novo presidente e tenta reverter algumas privatizações feitas pelo governo anterior, porém diante da deterioração econômica do país, continua o projeto de reformas de Pérez sob outro nome – “Agenda Venezuela”. Porém, a situação do país apenas piora: os preços do petróleo continuam a cair e o governo fica cada vez mais fragilizado.

Em 1998, os preços internacionais de petróleo atingiram seu patamar mais baixo, mostrando que a política adotada pelo governo venezuelano encontrava-se esgotada.

Surge então o programa do Movimento V República (MVR), partido de Hugo Chávez, que discute a importância do petróleo tanto para o Estado quanto para a sociedade.

O programa de governo do MVR 1999-2003, intitulado de “A Proposta de Hugo Chávez para Transformar a Venezuela: uma Revolução Democrática”, de acordo com Barros (2007), é a referência econômica mais importante do período. O projeto busca soluções para pôr fim ao caráter mono-exportador da Venezuela. O objetivo é inserir o país na economia global, centralizado no petróleo, além de evoluir para uma economia interna bem desenvolvida e diversificada.

No documento se faz uma valoração do impacto da indústria petroleira na economia venezuelana e do fortalecimento da estrutura petroexportadora a partir da abertura petroleira [...] argumentando que a mudança desse modelo requeria uma profunda transformação estrutural da economia venezuelana, a qual se desenvolveria no marco da V República emanada do processo constituinte (BARROS, 2007 p. 103).

No ano de 1998, Hugo Chávez disputa as eleições com um discurso anti-liberal não muito claro. Ele vence as eleições com 56% dos votos e com o apoio dos pequenos partidos que eram contra as políticas de privatizações.

4 O MAGNATA DO PETRÓLEO

A eleição de Chávez foi resultado histórico da reação popular a um processo que, desde a perfuração dos primeiros poços de petróleo, na década de 1920, tem beneficiado apenas o cartel das Sete Irmãs e uma reduzida parcela da oligarquia do país, em detrimento da maioria dos venezuelanos. Chávez apresentava, como principal objetivo do seu governo, a nacionalização efetiva da maior riqueza nacional, através do controle estatal sobre a poderosa PDVSA (SEVERO, 2004 p. 10).

Desde que Hugo Rafael Chávez Frias foi eleito, em fevereiro de 1999, a Venezuela tem passado por um processo de profundas mudanças, nos âmbitos social, político e econômico. Tais mudanças, de acordo com Lander e Navarrete (2007), estão presentes em todos os discursos atuais do Presidente Hugo Chávez. No início de seu discurso, Chávez falava em combater o neoliberalismo, política adotada até então por toda a América Latina, como solução definitiva para pôr fim à crise sócio-econômica enfrentada pela Venezuela. Contudo, no transcorrer do seu governo, seu discurso evoluiu, culminando na declaração realizada em janeiro de 2005, na qual descarta o capitalismo como modelo para a Venezuela e defende a criação de um socialismo para o século XXI.

O petróleo sempre foi o principal suporte político-econômico dos governos anteriores nas últimas sete décadas, e continua sendo no governo de Hugo Chávez. No entanto, é durante o governo de Chávez que este se torna mais evidente e mais utilizado.

4.1 O Governo Chávez

Após a internacionalização do petróleo, em 1976, a produção petroleira teve duas fases distintas: 1960-1970 e 1980-1990. A primeira caracterizou-se pela alta do preço do petróleo, enquanto que a segunda pela queda das entradas petroleiras no país.

Foi nessa situação de crise em 1998, quando os preços do petróleo atingiram seu patamar mais baixo, que Hugo Chávez tomou posse da Presidência da República, sem uma proposta definida, mas com a promessa de ruptura com o neoliberalismo.

Chávez, juntamente com seu Ministro de Energia, Alí Rodríguez Araque tentaram reverter a política adotada pelo governo anterior, voltando a obedecer as quotas da OPEP e defendendo a valorização do preço do barril de petróleo. Assim, a PDVSA foi obrigada a

pagar direitos sobre a produção petroleira, com base nos preços de mercado internacional (MOMMER, 2003).

Ao assumir o governo, em 1999, Chávez obtém nova vitória política ao ter aprovado, com 80% dos votos a favor, o plebiscito em prol de uma nova Constituição. Esta altera o nome do país para “República Bolivariana da Venezuela”, em homenagem a Símon Bolívar ‘el libertador’, além de estabelecer cinco poderes constitucionais. Foram adicionados aos três poderes já existentes, o poder cidadão e o poder eleitoral. Estes últimos, com a intenção de tirar do poder judiciário a fiscalização das contas do governo, a defesa dos interesses da população e a organização das eleições, além de promover a participação direta dos cidadãos na elaboração das leis.

Algumas outras medidas da nova Constituição são: eliminação do Senado, reeleição e ampliação do mandato para seis anos, proibição do governo de vender sua parte acionária da PDVSA e previsão da independência do Banco Central em relação a outros órgãos do executivo, dentre outras.

A nova Constituinte deu alicerce para um novo modelo de Estado e de democracia. Enfatizou a questão social, colocando a saúde e a educação como prioridades para que o cidadão comum possa participar da vida política de forma ativa. Outra questão importante foi que a Constituição propiciou bases para a retomada do controle do principal recurso que traz riqueza para o país, o petróleo. E em um de seus artigos estabeleceu que a PDVSA não poderia ser privatizada (BARROS, 2007).

Devido a nova ordem constitucional estabelecida, foram realizadas novas eleições presidenciais e legislativas em 30 de Julho de 2000, onde Hugo Chávez foi reeleito presidente da República, com 59,7% dos votos.

Para que Hugo Chávez pudesse colocar seu programa em prática, fazia-se necessário acabar com o antigo sistema burocrático do “Punto Fijo”, reformando os poderes judiciário e legislativo, além de realizar profundas mudanças na relação entre o governo e a companhia petroleira. No entanto, conforme Barros (2007), o governo não tinha poder para realizar tudo isso ao mesmo tempo, e utilizou a nova Constituição como saída para fortalecer as bases sociais e, assim, viabilizar as mudanças necessárias que, até então, estavam impedidas pelo antigo sistema burocrático dominante no país pelos últimos quarenta anos.

Quando da eleição de Chávez, este não detinha o apoio da maioria do Parlamento e, no intuito de se manter no poder, e ainda extinguir a burocracia que predominava já há quarenta anos no país, instituiu o chamado “Programa Econômico de Transição 1999-2000”. Tal programa tinha a finalidade de recuperar a estabilidade econômica da Venezuela, além de

aumentar os preços internacionais do petróleo. Para tal, manteve a ministra da economia Maritza Izaguirre, rearticulou o cartel com a OPEP e convocou uma nova Assembléia Constituinte.

O Programa Econômico de Transição nada mais era do que uma proposta de curto prazo, que objetivava melhorar a situação sócio-econômica do país, além de romper com o antigo modelo. Ele dava ênfase à estabilização macroeconômica como condição para alcançar o desenvolvimento das políticas setoriais que visavam restabelecer uma economia sobre bases fortes (LANDER; NAVARRETE, 2007).

O Programa Econômico de Transição tinha três objetivos fundamentais: promover o crescimento econômico, reduzir a inflação e gerar empregos. Esse mesmo programa trazia um objetivo setorial de defesa dos preços do petróleo.

Diante do seu discurso contra o neoliberalismo, em fevereiro de 1999 Chávez lança o Plano Bolívar 2000, que tinha em seu conteúdo obras públicas, redistribuição de terras estatais, expansão da agricultura, desenvolvimento de microempresas e criação de empregos (CANO, 2002).

Esse foi o primeiro programa social feito no governo Chávez, que tinha caráter de emergência para atender a população carente no quesito saúde, educação e alimentação. O objetivo do plano era a reparação da infra-estrutura dos bairros, escolas, hospitais, clínicas, dentre outros.

Nesse período inicial de seu mandato, a principal preocupação do governo de Chávez era evitar uma crise de desconfiança, tanto no setor externo quanto interno. O receio era de que uma crise neste momento poderia afetar a economia venezuelana e inviabilizar as mudanças pretendidas pelo governo para que o Estado obtivesse o controle dos recursos advindos do petróleo.

A estabilidade até certo ponto foi satisfatória. Porém, os preços do petróleo caíram ainda mais e atingiram seu menor preço desde os últimos cinquenta anos. E, por esse motivo, Chávez foi obrigado a aceitar um novo acordo com o FMI e viabilizar um programa econômico ortodoxo.

Após o aumento do preço do petróleo, o governo tenta reativar a economia. No entanto, o governo já tinha outro destino para esse dinheiro, que culminou no aumento da dívida interna do país: o FIEM – Fundo de Inversões para a Estabilização Macroeconômica. Esse fundo havia sido criado antes da eleição de Hugo Chávez, com o objetivo de impedir que as flutuações dos preços do petróleo tivessem influência sobre o equilíbrio monetário, fiscal e

cambial da Venezuela. Ou seja, um fundo de reservas que garantiria uma futura queda dos preços do petróleo e das exportações (SEVERO, 2004).

O plano de Chávez de rearticular com a OPEP, no início do seu mandato, foi bem sucedido e culminou na inclusão da Venezuela no grupo de países líderes do cartel e sediando, em 2000, o segundo encontro de chefes de Estado da OPEP. E, mesmo sem a interferência direta do Estado na PDVSA, a OPEP restringiu a oferta de petróleo, fazendo com que o preço do barril subisse de US\$ 9,00 em 1999 para US\$ 20,00 no primeiro semestre de 2001.

Tanto a rearticulação com a OPEP quanto a recuperação de preços do petróleo demonstraram uma ruptura radical com o governo anterior, e teve resultados a curto prazo.

Porém, o resultado mais importante nesses três anos de mandato, que permitiu que todos os indicadores sócio-econômicos melhorassem, foi o aumento significativo do ingresso fiscal petrolífero. Esse fato reafirma o petróleo como principal instrumento de política externa do governo Hugo Chávez, além dos inúmeros tratados firmados pela Venezuela, nesses três primeiros anos de mandato do governo, em matéria energética (González, 2003).

Em meio às profundas transformações que a sociedade venezuelana tem passado, o petróleo exerce um papel crucial, posto que além de possibilitar o ingresso de vultosas divisas na economia do país, também permite que movimentos estratégicos sejam executados no sistema internacional. O aumento do quantum de divisas permite que o processo de transformação interna seja alimentado e aprofundado, enquanto a utilização estratégica do petróleo permite que uma mudança relativa de posição seja buscada internacionalmente (MARTINS, 2007 p. 11).

Em outubro de 2000, o Governo nacional venezuelano firma, com países da América Central e Caribe, o Acordo de Cooperação Energética de Caracas. Tal acordo visa regular o abastecimento de petróleo, produtos derivados e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo). Dessa forma, a Venezuela consolida sua posição nessa região.

Em seguida, foi firmado o acordo denominado “Convênio Integral de Cooperação entre a República de Cuba e a República Bolivariana da Venezuela”, o mais criticado até então. “La apreciación general que se puede hacer sobre el acuerdo, es que otorga demasiadas prerrogativas a Cuba em detrimento de los intereses comerciales de Venezuela” (González, 2003 p. 78). Nesse acordo, a Venezuela se compromete a prover Cuba não só de abastecimento de petróleo e derivados, como também de assistência técnica.

A Venezuela nesse ano também fechou acordos com a Rússia, França e China. Esses três países possuem uma dimensão política mundial importante para a Venezuela, são

membros importantes do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), e todos eles possuem poder de veto (MARTINS, 2007).

A estabilidade econômica e o aumento do preço internacional do petróleo favoreceram as mudanças que consolidaram Chávez e o seu grupo no poder. A primeira medida foi ter a maioria parlamentar a seu favor, a segunda evitar a privatização da PDVSA e frear o processo de abertura petroleira para, no longo prazo, poder controlar e usufruir das benesses do petróleo.

Outra mudança considerada importante foi a criação do mecanismo de Leis Habilitantes, que dão ao Presidente o poder de legislar em caráter de urgência na adoção de reformas sociais e econômicas, aprovadas pela Assembléia Nacional.

A inclinação do governo de Chávez contra o neoliberalismo começou a ser perceptível com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, e ganhou expressão internacional com a promulgação das Leis Habilitantes, também em 2001.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007 foi lançado pelo Executivo, com o propósito de definir as estratégias e políticas que serão adotadas para o período de 2001-2007. Ele foi estruturado para conseguir o equilíbrio entre as áreas política, econômica, social, territorial e internacional.

Segundo Barros (2007), era esperado que nesse período de seis anos (2001-2007) a economia crescesse de forma estável, sendo produtiva, diversificada e aberta para a economia internacional. E foi o único plano que de fato foi cumprido pelo governo de Hugo Chávez.

É também no Plano de Desenvolvimento que são estruturadas as bases para a política petroleira, que considera que a indústria petroleira fomenta a industrialização dos demais setores da economia do país. Um dos principais aspectos dessa política é a rearticulação com a OPEP, que tem como objetivo controlar a oferta do petróleo e defender seus preços internacionais.

De acordo com Lander e Navarrete (2007), pode-se dizer que esse programa colocava um conceito de economia diferente do neoliberal, mas estava longe de ser anticapitalista, ele descarta a privatização petroleira e de outras indústrias estatais e coloca o Estado como protagonista e responsável pelas diretrizes econômicas do país. Pode-se dizer que esse programa é uma alternativa para o neoliberalismo.

No que se referia à empresa estatal PDVSA, que ainda mantinha o corpo burocrático do antigo regime, foram redimensionados todos os projetos, desde a matriz até suas filiais. O objetivo era o de adequá-la ao mercado energético mundial no que diz respeito aos investimentos que recebe, além de avaliar o investimento da PDVSA no exterior, no intuito de

definir sua rentabilidade e segurança de mercador como um instrumento estratégico. “Igualmente, se daria prioridade ao investimento privado nacional mediante um processo de formação de novos capitais nacionais orientados para essa atividade” (BARROS, 2007 p. 123).

Como dito anteriormente, a PDVSA mantinha ainda uma visão da abertura petroleira e seu gerentes não aceitariam perder os benefícios advindos do petróleo. A primeira lei de Chávez referente a essa matéria, a Constituição Bolivariana de 1999, não gerou muita controvérsia dentro da PDVSA. No entanto, a Lei de Hidrocarbonetos de novembro de 2001 gerou grandes conflitos dentro da empresa, principalmente na gerência.

A Lei de Hidrocarbonetos faz parte do pacote das 49 Leis Habilitantes, decretado por Chávez em 2001. Essa lei fortalece a submissão do controle da empresa petroleira pelo Estado, através do Ministério de Energia e Petróleo, cujo principal objetivo era acabar com a autonomia da PDVSA em relação ao poder público. Para que isso acontecesse, seria necessário controlar a contabilidade da empresa, além de separar a contabilidade interna da externa, o que comprovou que as atividades internas produziam muito excedente e as externas apenas prejuízos, o que “garantia a apropriação dos recursos do petróleo por uma casta da burocracia da PDVSA” (MOMMER, 2007 apud BARROS, 2007 p. 124).

Assim, a nova Lei Orgânica de Hidrocarbonetos exige que todas as companhias apresentem suas contas separadas, de acordo com cada fase do negócio.

É nesse momento que o governo passa a sofrer fortes acusações da mídia, da FEDECAMARAS (Federação Nacional de Câmaras e Associações de Comércio e Produção) e dos setores conservadores, de tentar dividir o país e atentar contra a propriedade privada. Essa situação culminou com o golpe de Estado ocorrido em 11 de abril de 2002. O golpe fracassou, mas deu início à uma greve nacional petroleira em dezembro de 2002, que inicialmente seria uma paralização de 24 horas. No entanto, a greve se estendeu até fevereiro de 2003, parando praticamente todas as empresas transnacionais do país, principalmente as dos setores estratégicos como energia, transporte e petroquímica, além da distribuição de alimentos (LANDER, 2004).

O principal motivo dessa insurreição contra o governo de Chávez foi a reforma petroleira, que vinha sendo empreendida pelo governo, e teve seu estopim com a Lei de Hidrocarbonetos, contida nas 49 Leis Habilitantes aprovadas pelo Presidente Hugo Chávez. Até essa reforma, a PDVSA gozava de uma autonomia que permitia que ela mesma definisse rumos e priorizasse iniciativas que beneficiassem a própria companhia.

Os opositores ao governo de Chávez também receberam apoio externo de alguns países e organizações multilaterais, como o governo de George W. Bush, dos Estados Unidos, além do FMI.

A greve teve seu estopim com a parada da maior plataforma de extração de petróleo do país, a embarcação Plínio Leon, e atingiu todos os principais setores comerciais do país. O nível de petróleo chegou próximo de zero e a PDVSA, naquele momento, suspendeu todas as suas atividades. Como medida emergencial o governo venezuelano aceitou a ajuda de técnicos cubanos e conseguiu negociar o fim da greve em fevereiro de 2003, quando aceitou a realização de um referendo revogatório, “El Firmazo”, que aconteceria no próximo ano, 2004.

Após a greve, o governo assumiu o controle da PDVSA e substituiu toda a sua diretoria, além de demitir 18.756 mil funcionários acusados de trair a nação ao participarem da greve patronal-petroleira. Segundo Lander e Navarrete (2007), a partir desse momento, o governo conseguiu reverter as orientações liberais da empresa petroleira e, com menos obstáculos, passou a acelerar as mudanças tanto econômicas quanto sociais.

O período de 2002 e 2003 desencadeou uma série de problemas para o país, especialmente devido à greve e ao golpe de Estado. O custo gerado para o país nesse período foi altíssimo, tendo como consequência uma grande fuga de capitais, o que se traduziu em desvalorização da moeda nacional, aumento da inflação e do desemprego. Ocorreu também uma queda brusca na produção de petróleo. Esses dois resultados somados trouxeram um resultado catastrófico para a economia do país: o PIB caiu, o que fez com que as dívidas públicas interna e externa aumentassem e os indicadores sócio-econômicos caíssem consideravelmente. Apesar de tudo isso, o governo de Hugo Chávez saiu fortalecido dessa história.

Pouco tempo depois, o governo conseguiu que a empresa voltasse ao nível de produção do ano de 2001. No cenário externo, a invasão dos Estados Unidos ao Iraque e a política do governo de Bush elevaram os preços do petróleo internacional, além de ampliar as margens de manobra tanto no setor interno quanto externo para o presidente Hugo Chávez (BARROS, 2007).

A empresa petroleira estatal é, além de maior arrecadadora de receita fiscal do país, a principal fomentadora de todos os demais setores da economia. Por isso, o controle da PDVSA foi fundamental para que o governo de Hugo Chávez começasse a promover as mudanças realizadas na política econômica venezuelana.

A política externa contida no Plano de Desenvolvimento da Nação 2001-2007 prevê, além da união da América Latina, a construção de um mundo multipolar que seria alcançado

através dessa união latino-americana e caribenha. E o que impulsionaria essa união seria a integração energética. O Plano da Nação tem como estratégia:

Estimular foros, conferências e eventos em temas como investimentos, transferência de tecnologia, redução da dívida externa, geração de bens públicos internacionais e preservação da biodiversidade; estimular o fortalecimento do Grupo dos Países não alinhados e o G15; e proporcionar a redução dos gastos militares e a gestação de iniciativas que visem fomentar a confiança, o diálogo e a solução pacífica de controversas (MPD, 2001 apud BARROS, 2007 p.129).

No ano de 2003, o governo venezuelano criticou a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e propôs a criação da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), que dá prioridade à integração da América Latina com o Caribe como condição básica para qualquer acordo extra-regional (CASAL, 2003).

Em maio de 2004 é criado o FONDESPA (Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País), cujos recursos advinham das entradas petroleiras.

Depois do fracasso da greve, os setores opositores a Chávez se recuperaram e voltaram a se organizar. Dessa vez, entretanto, eles concentraram suas forças pela via legal, solicitando um referendo consultivo presidencial, de acordo com o previsto na Constituição. No dia 15 de agosto de 2004, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) convocou um referendo com a finalidade de consultar a população acerca da revogação do mandato presidencial. Porém, mais uma vez Hugo Chávez sai vitorioso, recebendo 59,1% dos votos a seu favor, confirmando seu mandato.

Em novembro do mesmo ano, o presidente Hugo Chávez apresenta um documento, o “Novo Mapa Estratégico para o País”, com a proposição de dez objetivos estratégicos para a Venezuela. A sétima estratégia refere-se ao setor econômico, afirmando não ser objetivo do governo eliminar a propriedade privada, mas acelerar o processo de mudança para ultrapassar o modelo capitalista, pois é considerado um modelo inviável (LANDER; NAVARRETE, 2007).

É nesse contexto que o então Presidente Hugo Chávez proclama sua proposta de transição para o “socialismo do século XXI”. Nesse momento, grande parte das propostas da Constituinte de 1999 já estavam postas em prática, inclusive o controle da PDVSA pelo Estado. Essa declaração vem acompanhada da consolidação e recuperação econômica da Venezuela.

Diante desse quadro se consolida o “Estado controlado”, que se concretizou com o controle da produção do petróleo pelo Estado e de seus excedentes pelo governo.

No ano de 2004 ocorre a elaboração do primeiro convênio da ALBA, realizado entre Venezuela e Cuba, contendo doze princípios orientadores.

O ano de 2005 vem acompanhado da melhoria dos indicadores sócio-econômicos e do aprofundamento do governo nas mudanças estruturais na economia. As áreas que o governo mais centralizou sua ação foram a indústria petroleira, a união da América Latina e a busca da multipolaridade internacional e na economia social e desenvolvimento endógeno. É em novembro desse mesmo ano que ocorre a IV Cúpula das Américas em Mar Del Plata (LANDER; NAVARRETE, 2007).

Também foi criado, em 2005, um novo mecanismo que permitia que toda a arrecadação vinda da venda do petróleo fosse distribuída da seguinte forma: até US\$26 o barril são de posse da PDVSA e acima desse valor os recursos são destinados ao governo, que investe em programas sociais (GONZÁLEZ, 2003).

Em abril de 2006, a Assembléia Nacional aprova uma norma jurídica que elimina os convênios operativos, afirmando que estes não são compatíveis com as regras de nacionalização petroleira.

Conforme Lander e Navarrete (2007), seria esse o fim das concessões disfarçadas, da abertura petroleira e a completa recuperação da soberania nacional. Isso fez com que as entradas vindas da empresa petroleira crescessem, devido ao alto valor do petróleo no mercado internacional, e voltasse às mãos do Estado.

Diante dessa nova orientação da política petroleira, o país adotou políticas de diversificação de mercado e utilizou o petróleo como instrumento de aproximação geopolítica, para impulsionar a integração latino-americana e caribenha. O governo também propôs políticas cooperativas na área petroleira, como a criação do Petrocaribe, além das propostas de criação da Petrosur e da Petroamérica como as principais empresas estatais de petróleo do continente. A PDVSA também vem se associando e até mesmo comprando refinarias existentes ou a serem construídas no Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. E, fora do continente, tem negociado com países como China, Índia e Vietnã esses dois últimos para o abastecimento de petróleo.

Para os autores Lander e Navarrete (2007), tudo isso faz acreditar que a Venezuela continuará abastecendo seu principal importador de petróleo, os EUA, mas que a maior parte do volume produzido nos próximos anos se dirigirá principalmente a outros mercados: a América Latina, Caribe e Ásia.

Em junho de 2006, a Venezuela foi admitida como membro oficial do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). A partir daí, a Venezuela firma uma série de acordos políticos, econômicos e energéticos, especialmente com os países da América do Sul e Caribe.

Para Barros (2007), a entrada da Venezuela no MERCOSUL foi uma das melhores alternativas para que a proposta de Chávez seguisse em frente e ocorresse uma pausa nas negociações da ALCA.

O governo de Hugo Chávez possui uma política externa agressiva, evidenciada pelas vendas de petróleo que o país faz para a América do Sul e Caribe, com pagamentos a longo prazo. Apesar do discurso anti-americano do presidente Hugo Chávez, os EUA continuam sendo o maior parceiro comercial da Venezuela, ou seja, o maior comprador de petróleo venezuelano (cerca de 80% da produção). Apesar dos indicadores de que, com a concretização dos acordos comerciais firmados com outros países, isso venha a mudar.

Pode-se perceber que, apesar do desejo do governo de Hugo Chávez sobre a multipolaridade e a integração latino-americana e caribenha, isso somente foi alcançado quando o controle da principal empresa petroleira do país, a PDVSA, voltou às mãos do Estado.

Nas eleições presidenciais da Venezuela de 2006, Hugo Chávez foi reeleito com 62,9% dos votos, derrotando Manuel Rosales, que teve 36,9%.

A maior preocupação de Hugo Chávez e grande plataforma política em seu segundo mandato era a de manter a estabilidade política do país.

Em 2007, Hugo Chávez foi reconduzido ao poder. Em janeiro desse mesmo ano, Chávez ganhou poderes para governar através de decretos-lei em onze áreas do país, através da Lei Habilitante, por dezoito meses.

No dia 02 de dezembro de 2007 ocorreu um plebiscito para a reforma na Constituição proposta por Chávez. O povo foi às urnas e rejeitou as propostas de emendas à Constituição da Venezuela, caracterizando a primeira rejeição popular às idéias de Chávez evidenciada pelas urnas.

4.2 O Resultado da Política Chavista

Apesar da imagem passada pelos meios de comunicações e dos comentários contra o governo do Presidente Hugo Chávez, durante seus oito anos de mandato, a situação

econômica e social da República Bolivariana da Venezuela tem melhorado bastante. Após o episódio de 2003, a economia tem sustentado seu crescimento por quatro anos.

Os índices estatísticos do governo Chávez apresentaram resultados positivos no período 1999-2001, resultados estes que contribuíram para a recuperação do preço do petróleo.

De acordo com Chirinos e González (2006), a concepção da política macroeconômica e fiscal permite caracterizar o governo Hugo Chávez e sua concepção de Estado no período 1999-2001 como “neoliberal moderado, con matices neoestructurales e inclinaciones nacionalistas” (MUJICA, 2002 apud CHIRINOS; GONZÁLEZ, 2006 p. 43).

Essa recuperação dos índices econômicos observa-se até final de 2001, quando começam a deteriorar-se. Essa deterioração se arrasta pelos anos de 2002 e 2003 e se aprofunda drasticamente como consequência do golpe de estado em 2002 e da greve petroleira em 2003.

A resposta do governo a esse ocorrido foi a instauração de um controle de câmbio e de preços. Outra tentativa de reverter a situação deixada pelo fim da greve, em 2003, foi a criação das chamadas Missões, programa de inclusão social para as pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.

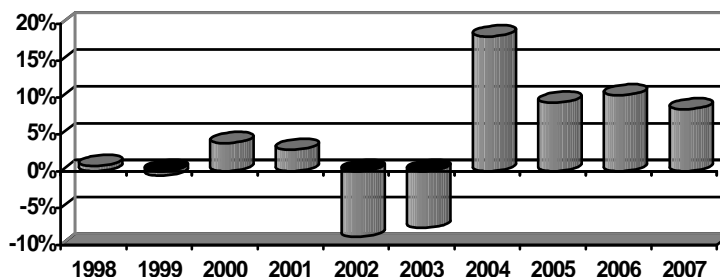
Conforme dados da CEPAL o país apresentou, em 2006, o melhor PIB de toda a América Latina e Caribe. O PIB da Venezuela nos últimos quatro anos cresceu mais do que o conjunto de toda a América Latina e Caribe.

Tabela 1 – Crescimento do PIB Venezuela América Latina e Caribe³ (%)

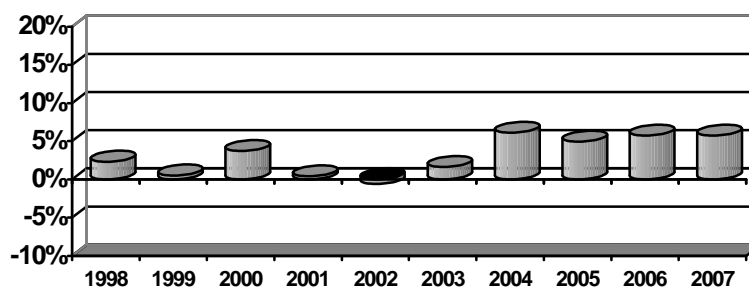
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
América Central e Caribe	2,3%	0,5%	3,7%	0,4%	(0,6%)	1,6%	6,1%	4,9%	5,7%	5,7%
Venezuela	0,7%	(0,6%)	3,8%	2,9%	(8,9%)	(7,7%)	18,3%	9,3%	10,3%	8,4%

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

³ Países que fazem parte da América Latina e Caribe: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belice, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e as Granadinas, Santa Lucia, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela (CEPAL, 2007).

Gráfico1 - Crescimento do PIB venezuelano governo Chávez (%)

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Gráfico 2 - Crescimento do PIB na América Latina e Caribe 1998-2007 (%)

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

De acordo com a CEPAL o ano de 2000 foi, para a América Latina, de recuperação devido à recessão que afetou muitas economias nos anos de 1998 e 1999. O crescimento do PIB em 1999 ficou estagnado. Na Venezuela, a queda de 0,6% no PIB justificou-se pela crise econômica na qual o país se encontrava, e também na oposição à entrada de Chávez no poder. No ano seguinte evidenciou considerável melhora, apresentando 3,7% de taxa de crescimento do PIB. O motivo dessa recuperação do PIB na América Latina e Caribe foi devido às melhores taxas de inflação, melhoria no mercado de trabalho e expansão das exportações. O crescimento significativo da Venezuela nesse ano foi atribuído às políticas implantadas pelo governo Chávez e às políticas monetária e fiscal expansionistas.

Em 2001, observou-se um crescimento menor do PIB em relação ao ano anterior devido à desaceleração do comércio mundial, o PIB tanto da Venezuela quanto do restante da América Latina e Caribe caiu em comparação ao ano anterior. Ainda assim, a Venezuela já apresenta um maior crescimento percentual que toda a América Latina e Caribe juntos.

Durante os anos de 2002 e 2003, a queda continuou. Na Venezuela, o crescimento negativo se explica principalmente pelo golpe de Estado e greve petrolleira ocorridos durante esses dois anos. O PIB no ano de 2003 na Venezuela sofre uma queda histórica, fechando o ano em 7,7% negativo.

A partir de 2004, o PIB tanto da Venezuela e do restante da América Latina quanto do Caribe voltam a subir. Porém, a Venezuela mais uma vez se destaca no crescimento devido aos programas e políticas adotadas pelo seu atual presidente. O crescimento do produto interno bruto na América Latina dá-se principalmente pelas condições favoráveis no cenário internacional.

La disminución de las primas de riesgo soberano a partir de los máximos registrados en septiembre-octubre del 2002, el aumento de los precios de las materias primas, el repunte del turismo y el crecimiento de las exportaciones no petroleras a Estados Unidos y a otros importantes destinos constituyen los principales estímulos positivos provenientes de la economía internacional. Asimismo, no se puede dejar de reconocer que si la región está pudiendo aprovechar este contexto externo favorable es, en gran medida, debido a un marco de políticas económicas internas cuyos rasgos más importantes son un mayor control fiscal y monetario y tipos de cambio más competitivos (CEPAL, 2004 p. 13).

Outro fator marcante do governo Chávez foi a diminuição gradativa da importância do PIB petrolleiro na economia.

Tabela 2 – Composição do PIB da Venezuela

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Não petrolleiro	71,5%	72%	72%	74,5%	75%	73,3%	74,5%	75%	76,3%
Petrolleiro	19,1%	19%	18%	17%	18%	17,5%	15,5%	14%	12,2%
ILP*	9,4%	9%	10%	8,5%	7%	9,2%	10%	11%	11,5%

*Imposto Líquido sobre Produto. Fonte: Banco Central da Venezuela

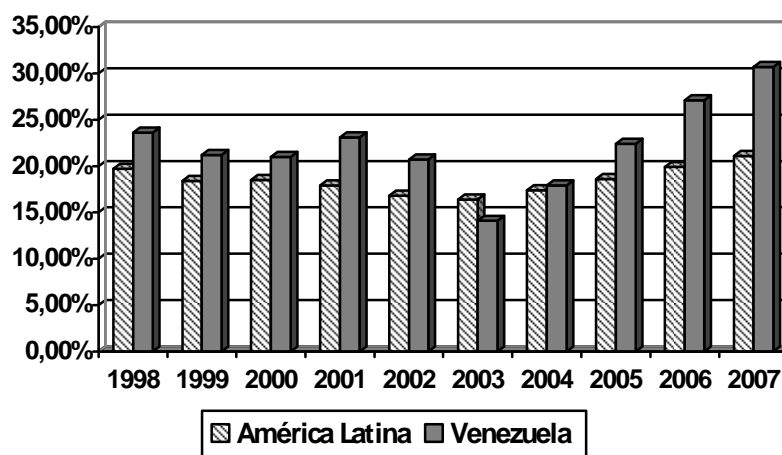
No ano de 1999, a economia não-petrolleira representava 71,5% do PIB, no ano de 2007 superava a marca de 76%. Nesse mesmo período, o PIB-petrolleiro que representava 19% em 1999, passou para 12% em 2007. O crescimento econômico a partir de 2004 deu maior sustentabilidade para essa idéia.

Durante o período 1999-2007, o setor manufatureiro foi o que teve maior participação. Conforme Barros (2007), medidas promovidas pelo governo como o “Acordo Macro para a Reativação Industrial e a Transformação do Modelo Produtivo” e o “Decreto

para a Criação do Subministério de Matérias-Primas ao Setor Transformador Nacional” favoreceram o crescimento do PIB não-petrolero.

A Formação Bruta de Capital Fixo também cresceu devido ao aumento das aquisições de bens no período Chávez. Apenas o ano de 2003 sofreu uma queda de 14,3% devido à crise interna do país. Porém, após a recuperação, voltou a crescer e fechou o ano de 2007 em 30,7%. Em contrapartida, América Latina e Caribe juntos alcançaram a média de apenas 20% durante esse período de oito anos.

Gráfico 3 – Formação Bruta de Capital Fixo em Relação ao PIB (%) na América Latina e Venezuela (1998-2007)



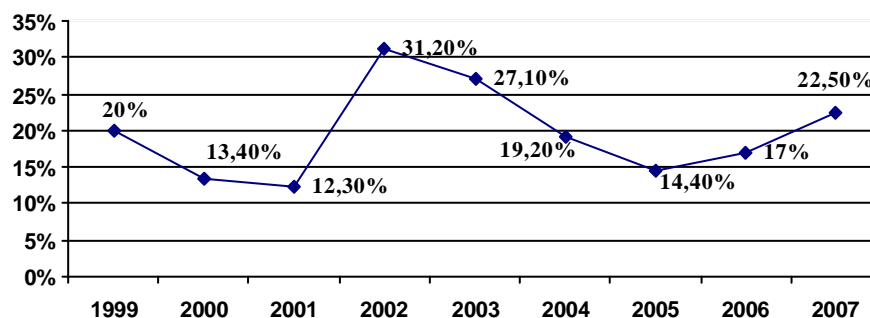
Fonte: CEPAL

Em 1999, a Formação Bruta de Capital Fixo na América Latina e Caribe sofreu uma estagnação, mantendo a média durante os dois anos seguintes. No ano de 2003 apresentou uma queda, principalmente devido à contração no investimento dos setores de construção, maquinaria e equipamentos. No ano seguinte, esses setores apresentam uma recuperação, que foi mantida pelos próximos três anos.

Já na Venezuela, após a solução dos problemas internos em 2003, a Formação Bruta de Capital Fixo foi um dos componentes da demanda que mais expandiram nos anos seguintes. Em comparação ao crescimento do conjunto formado entre América Latina e Caribe, a Venezuela possui um crescimento percentual maior do que estes.

A inflação nesses oito anos de governo Chávez manteve uma média de 19%. A inflação nada mais é do que o resultado de um desequilíbrio econômico, por isso os anos de 2002 e 2003 apresentaram altas taxas anuais de inflação.

Gráfico 4 – Inflação* Anual no Governo Chávez (1999-2007)



*Inflação medida pelo índice de preços ao consumidor. Fonte: Banco Central da Venezuela.

As políticas econômicas do governo nos três primeiros anos de mandato tinham como objetivo o controle da inflação.

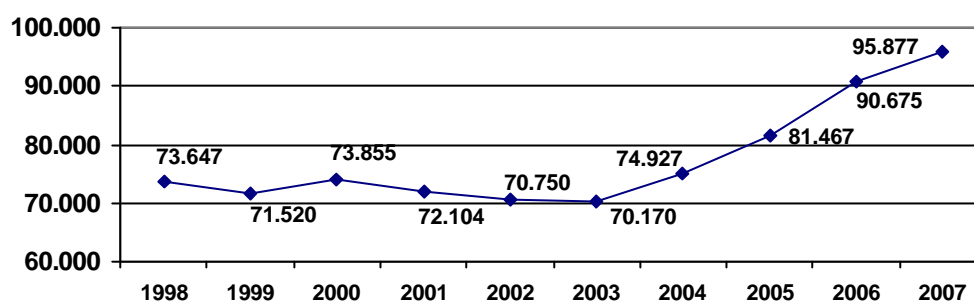
No ano de 1999, a inflação sofreu um processo de desaceleração. A inflação seguiu sua trajetória declinante no ano de 2000, fechando o ano em 13,4%, fator esse que se deu em razão da contração da oferta global quando a demanda estava inerte, fazendo com que as perspectivas para o ano seguinte fossem melhores: “Las perspectivas económicas del año 2001 apuntan a un nuevo impulso en el crecimiento de la actividad económica, acompañada por una contundente reducción de la inflación, con claros síntomas de mejoramiento en todos los indicadores económicos y sociales” (MPD, 2001b apud CHIRINOS; GONZÁLEZ, 2006 p. 40).

No ano de 2001 essa taxa continuou caindo, fechando em dezembro 12,3%, conforme o objetivo da política macroeconômica do país. Nesses três anos, a política cambiária influenciou nos resultados da inflação, mantendo-a em níveis decrescentes. Nos anos de 2002 e 2003, devido à crise interna venezuelana, as taxas de inflação subiram vertiginosamente, atingindo a marca de 31,2% e 27,10%, respectivamente. Após esse período conturbado, a inflação volta a cair no ano de 2004 (19,2%). Isso se explica pela apreciação do tipo de câmbio em termos reais, o curso da política cambiária, a manutenção do controle de preços e a maior disponibilidade de bens, resultado do crescimento das importações inerentes ao aumento de divisas (CEPAL, 2004). No ano seguinte, 2005, se mantém esse declínio inflacionário, voltando a subir nos dois anos seguintes fechando o ano de 2007 em 22,5%.

Para contrapor a situação da inflação, os salários mínimos tiveram crescimento progressivo durante o governo Chávez. A inflação durante o governo de Hugo Chávez foi referência para o aumento similar dos salários. Porém, esse aumento salarial nem sempre se

traduziu em aumento do poder aquisitivo, queda do nível de desemprego e informalidade. Somente após resolver os problemas internos no país esses índices voltaram a ter taxas significativamente melhores.

Gráfico 5 - Aumento do Salário Mínimo Real (Bolívares 1997 = 100)



Fonte: Banco Centra da Venezuela.

O salário mínimo subiu de 73 mil bolívares em 1998 para 95 mil bolívares no ano de 2007. Da mesma forma, o desemprego caiu de 16,6% para 6,3% e a formalização cresceu.

Em 1999, tanto salários quanto poder aquisitivo diminuíram e o nível de desemprego ainda era alto. No ano de 2000, os salários aumentam nominalmente 8% porém, seu poder aquisitivo continuava a diminuir. No entanto, o nível de desemprego começou a cair devido à criação de 450.000 postos de trabalho. O ano de 2001 continuou seguindo o mesmo caminho.

Nos anos de 2002 e 2003, devido à severa recessão econômica, fruto do golpe de estado e greve petroleira, os salários reais diminuíram e o nível de desemprego subiu.

Nos próximos anos, devido ao incremento da atividade econômica, os salários passam a aumentar de forma significativa: 30% em 2004; 26% em 2005 e 25% em 2006. Em contrapartida, o nível de desemprego caiu, sendo: 13,9% em 2004; 11,4% em 2005 e 11,2% em 2006. (CEPAL, 2006). Essa trajetória continuou por todo o ano de 2007, que fechou com taxas de desemprego e informalidades mais baixas e maiores salários.

Quanto aos gastos sociais durante o governo do Presidente Hugo Chávez, estes tiveram uma trajetória progressiva durante seus oito anos de mandato. Mesmo apresentando nos seus três primeiros anos de governo um plano econômico ortodoxo, o governo aumentou os gastos sociais. Mesmo durante a crise interna durante os anos de 2002 e 2003, o governo manteve a média de investimento nos setores da educação e saúde. Logo após esse acontecimento, o governo lançou uma nova política social denominada de Missões Sociais, que se manteria através de recursos petroleiros.

Tabela 3 - Gastos do governo em % do PIB

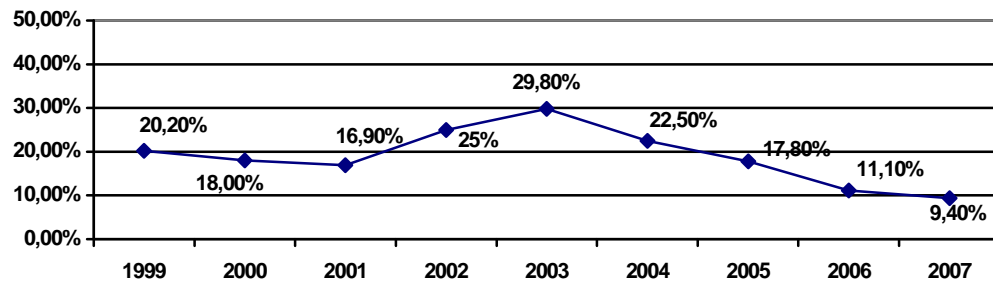
	Gastos em Educação	Gastos em Saúde
1998	3,2	1,3
1999	3,8	1,4
2000	4,4	1,3
2001	4,7	1,5
2002	4,8	1,6
2003	4,6	1,5
2004	5,1	1,5
2005	4,1	1,6
2006	5,1	1,9
2007	5,4	2,2

Fonte: Ministério das Finanças da Venezuela.

Conforme Barros (2007), os resultados das políticas econômicas nos três primeiros anos de mandato de Chávez foram relativamente satisfatórios. Chávez assumiu a presidência do país em retração e o PIB apresentava queda acumulada de 5% em 1998 e 1999. Nos dois anos seguintes, o produto cresceu 3,5% ao ano, os gastos sociais em educação e saúde também cresceram em relação ao PIB. Os gastos em educação passaram de 3,2% do PIB em 1998 para 3,8% do PIB no ano seguinte; 4,4% do PIB em 2000 e 4,7% em 2001. Na saúde, passou de 1,3% do PIB em 1998 para 1,5% do PIB em 2001.

Nos anos seguintes esses dados continuaram na mesma proporção de crescimento, fechando os gastos em educação 5,4% do PIB e com saúde 2,2% do PIB de 2007.

Da mesma forma que a saúde e a educação, outros indicadores sociais e econômicos apresentaram crescimento significativo durante o governo de Hugo Chávez. A diminuição da do índice de pessoas vivendo em extrema pobreza foi um dos índices que tiveram queda significativa. A política social chamada de Missões foi feita para atingir principalmente a camada mais pobre da população e se concentrou principalmente nas áreas de saúde, educação, emprego e distribuição de alimentos.

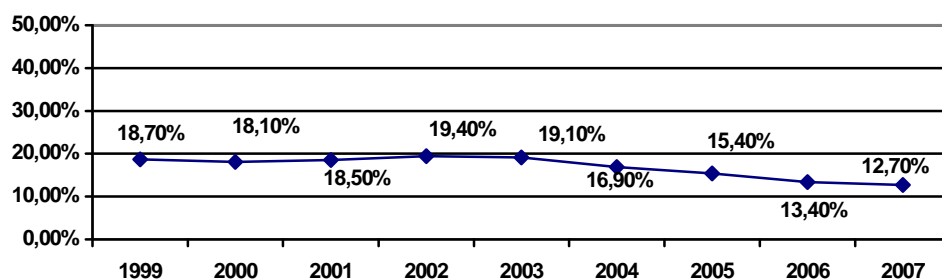
Gráfico 6 - Pessoas vivendo em extrema pobreza na Venezuela (%) 1999-2007

Fonte: CEPAL

Em 1999, mais de 20% da população venezuelana vivia em condição de extrema pobreza. Em 2001, se observa uma ligeira diminuição desse índice, mas que já demonstra tendência de recuperação dessa parcela excluída da sociedade. Nos dois próximos anos esses índices dispararam, como consequência da crise interna atravessada pelo país.

No ano de 2003, o nível de pobreza alcançou seu valor mais alto nos último cinco anos. A partir do ano seguinte, esse índice caiu significativamente.

Porém, no ano de 2007, esse índice caiu para mais da metade do início do governo Chávez, atingindo a marca de 9,4%.

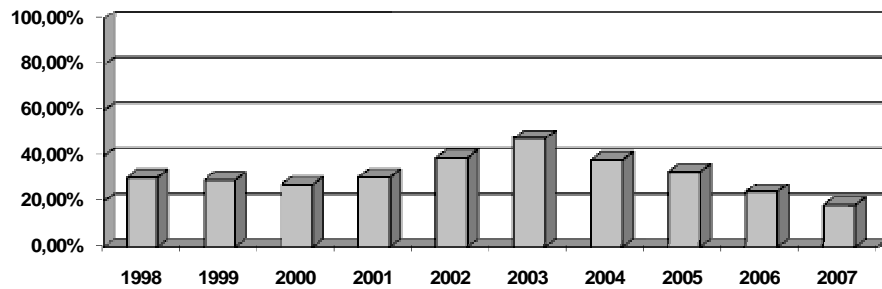
Gráfico 7 - Pessoas vivendo em extrema pobreza na América Latina (%) 1999-2007

Fonte: CEPAL

Por outro lado, a América Latina também apresentou uma diminuição no índice de pessoas vivendo em extrema pobreza nesse período entre 1999-2007, contudo comparando com a queda na Venezuela que foi de 9,4% em 2007 essa média ainda é alta, conforme dados fornecidos pela CEPAL, demonstrados no gráfico acima.

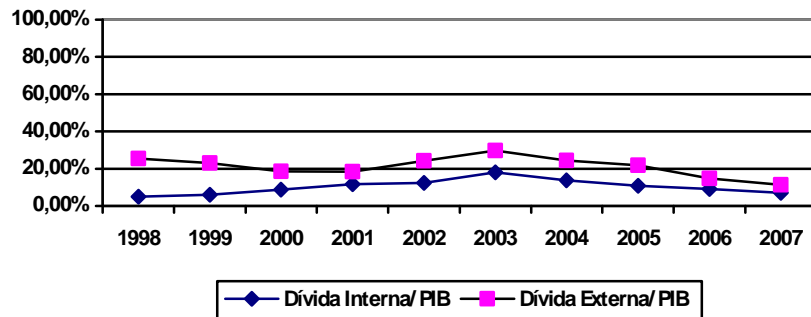
Da mesma forma que os demais indicadores, a dívida pública segue a mesma direção, melhora no início do mandato de Chávez, piora nos anos de 2002 e 2003 para voltar a melhorar nos quatro anos seguintes.

Gráfico 8 - Total da Dívida Pública em Relação ao PIB na Venezuela



Fonte: Ministério de Finanças da Venezuela.

Gráfico 9 – Total da Dívida Pública Interna e Externa/PIB (1998-2007)



Fonte: Ministério de Finanças da Venezuela.

Quando Hugo Chávez assumiu a Presidência da República em 1998, a dívida pública era de 29,5% do PIB. Nos anos de 2002 e 2003, tanto a dívida pública interna quanto externa crescem devido ao aumento dos gastos sociais e à queda do PIB. A dívida pública interna cresce de 4,9% em 1998, para 6% em 1999 e atinge seu patamar máximo no ano de 2003, 18% do PIB. “Es importante destacar la política de recurrir al endeudamiento interno para costear déficit y necesidades de financiamiento del gobierno, tendencia que se ha mantenido hasta hoy” (CHIRINOS; GONZÁLEZ, 2006 p. 38).

Já a dívida pública externa cresce de forma mais estrondosa, de 18% do PIB nos anos 2000 e 2001 para 29%, 7% do PIB em 2003. Contudo no período 2004-2007 tanto a dívida pública interna quanto externa voltam a diminuir fechando no ano de 2007 7% do PIB e 11,3% do PIB respectivamente.

5 CONCLUSÃO

Desde que o petróleo tornou-se essencial para o desenvolvimento das nações e matriz energética da sociedade industrial, no século XX, acabou tornando-se objeto de cobiça de um grande comércio internacional e centro de disputas entre os países consumidores e detentores das reservas petrolíferas. Pode-se dizer que desde a sua descoberta a história da humanidade passou a confundir-se com a história do petróleo.

Atualmente o petróleo é a fonte energética mais utilizada no mundo, e ainda não possui um substituto direto. Difícil determinar hoje algo cuja produção que não dependa direta ou indiretamente do petróleo, ou seja, este é indispensável para o funcionamento da sociedade moderna, fator esse que preocupa principalmente os maiores países consumidores de petróleo, já que este é um recurso finito e a cada dia que passa a demanda, ao contrário da oferta, continua crescente. Esse fato é evidenciado pela corrida dos EUA, China, Japão, Índia e países europeus no intuito de controlar as reservas petrolíferas existentes no globo. A estratégia mais clara é a dos EUA, que querem controlar as reservas existentes na região do Golfo Pérsico, fato evidenciado pela guerra travada contra o Iraque.

É por esse motivo que o petróleo tornou-se palco de disputas entre os países detentores das reservas petrolíferas e os países consumidores, pois essa fonte energética deixou de ser um simples produto do comércio e tornou-se um elemento de estratégia para a segurança nacional de vários países.

Assim, como as principais jazidas encontram-se nas regiões “atrasadas” do globo, é importante que estes países adotem políticas relacionadas a essa fonte energética, buscando uma maior inserção no cenário internacional e se protegendo das ameaças das potências “desenvolvidas” dependentes do consumo desse recurso energético.

Tal iniciativa é uma das atitudes que vêm sendo tomadas pelo atual governo da Venezuela, através de acordos e políticas realizadas pelo presidente Hugo Chávez, que tem o petróleo como seu principal instrumento de política externa. Através dessas políticas e acordos realizados por Hugo Chávez, o país vem demonstrando um crescimento progressivo. Um governo que, ao chegar no poder em 1999, não vislumbrava mudanças tão significativas como as que se apresentaram a partir de 2003.

Durante esses oito anos de governo, Hugo Chávez vem realizando acordos energéticos, principalmente com os países da América Latina e Caribe, na tentativa de

fortalecer essa região perante as grandes potências internacionais, sendo um dos seus objetivos a criação de um mundo multipolar.

Após um grande período, onde o principal recurso fiscal do país era controlado por empresas transnacionais, situação essa que se manteve mesmo após a nacionalização petrolífera em 1976, o controle do petróleo volta às mãos do governo através da figura de Hugo Chávez, que utilizou a renda advinda desse produto para promover o desenvolvimento do país. Essa situação pode ser comprovada pela melhoria dos indicadores econômicos e sociais do país que, após a solução dos conflitos internos nos anos de 2002 e 2003, passaram a apresentar um crescimento sustentado a partir do ano de 2004.

A Venezuela hoje, de acordo com os dados estatísticos, é um dos países que mais cresce e se desenvolve em toda a América Latina e Caribe, e o petróleo é o principal financiador deste crescimento. O petróleo foi e continua sendo o principal suporte da economia venezuelana, o que muda é exatamente o fato de ele estar semeando o desenvolvimento em outros setores da economia, além de estar sendo utilizado de forma mais evidente que nos governos anteriores. Apesar do forte crescimento do preço do petróleo nos últimos anos, o PIB não-petroleiro vem crescendo de forma mais significativa que o PIB petroleiro, evidenciando dessa forma o impacto positivo dos recursos petroleiros em outras atividades não relacionadas com essa matéria-prima.

Um grande exemplo é o investimento do governo venezuelano, através dos recursos fiscais advindos do petróleo, em programas de cunho social.

Por isso, na Venezuela o ingresso fiscal petroleiro foi e continua sendo a principal fonte de recursos que dinamiza os demais setores não-petroleiros da economia. O controle da PDVSA foi fundamental para o governo Chávez dar uma guinada na política econômica em seu governo. Finalmente agora a riqueza advinda do petróleo beneficia a população sendo mais bem distribuída entre todas as camadas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmem. **Evolução da indústria de petróleo: nascimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: COPPEAD-IE/UFRJ, 2003.

Banco Central da Venezuela. **Indicadores Económicos**. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>. Acesso em: 18 out. 2008.

BARROS, Evandro Vieira de. A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica. **Engevista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.47-56, jun. 2007.

BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e desenvolvimento: A Política Econômica em Processo**. 2007. 167 p. Tese (Mestrado) - Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Constituição, petróleo e políticas sociais na Venezuela Bolivariana (1999-2005). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006.

CALDERÓN, Álvaro Silva. Trayectoria de la nacionalización petrolera. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas, v.12, n.1, p.109-123, abr. 2006.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. **Economia e sociedade**. Campinas, v.11, n.1, p. 95-127, jan./jun. 2002.

CASAL, Fernando. Hugo Chavez Frias: ¿hacia una nueva política exterior venezolana? **Revista Debates Latinoamericanos**, San Pablo, v. 1, n. 1, p.1-19, out. 2003.

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y El Caribe**. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 17 out. 2008.

CEPAL. **Información Esdística**. Disponível em: <http://www.eclac.org/estadisticas/publicaciones/>. Acesso em: 17 out. 2008.

CHIRINOS, Norbis Mujica; GONZÁLEZ, Sorayda Rincón. Caracterización de la Política Social y la Política Económica del Actual Gobierno Venezolano: 1999-2004. **Revista Venezolana de Economía Y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 12, n. 1, p.31-57, jan./abr. 2006.

DURÁN, Ramón Fernández. **El crepúsculo de la era trágica del petróleo: Pico del oro negro y colapso financiero (y ecológico) mundial.** [S.l.]. Virus, 2008. Disponível em: <<http://www.viruseditorial.net>>. Acesso em: 10 set. 2008.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.** São Paulo: Unesp, 2008. 254 p.

KLARE, M. T. Petróleo, geopolítica e a guerra com o Irã. **Folha de S. Paulo**, p. 18, 30 abr. 2006.

LANDER, Edgardo; NAVARRETE, Pablo. La política económica de la izquierda latinoamericana em el gobierno Venezuela. **Transnational Institute.** Fiona Dove, Informe 2007/02.

LANDER, Luis E. La insurrección de los gerentes: PDVSA y el gobierno de Chávez. **Revista Venezolana De Econ. Y Ciencias Sociales.** Caracas, v.10, n.2, p.13-32, maio/ago. 2004.

LINS, Hoyêdo Nunes. Energia e geopolítica. **Atualidade Econômica: UFSC/CSE** Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, ano18, n. 49, p.10-19. 2006. jan./jul. 2006.

_____. Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo. **Textos Para Discussão**, Florianópolis, n. 03, p.1-25, 2008.

MARTINS, Rodrigo Torsiano. A política externa da Venezuela: do 'plan nacional de desarrollo 2001-2007' ao 'socialismo del siglo XXI'. In: I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNESP; UNICAMP; PUC-SP, 2007. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/martins2.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

MIJARES, Victor M. Petróleo y Conflicto em la Estructura: Aproximación a los fundamentos básicos del conflicto Internacional generado por el controle de las principales fuentes mundiales de petróleo. **Revista Venezolana De Análisis De Coyuntura**, v. IX, n. 2, p. 43-57, 2003.

Ministério das Finanças da Venezuela. **Deuda Pública.** Disponível em: <www.mf.gov.ve>. Acesso em: 17 out. 2008.

MOMMER, Bernard. **Petróleo subversivo**. 2003. 20 p. Disponível em: <<http://www.pdvsa.com>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

POTTELÁ, Carlos Mendoza. Vigência del nacionalismo petrolero. **Revista Venezolana de Economía y Ciências Sociales**. Caracas, v.12, n.1, p.183-207, abr. 2006.

PRUGH, Thomas; FLAVIN, Christopher; SAWIN, Janet L. Mudando a economia do petróleo. In: PRUGH, Thomas et al. **Estado do Mundo 2005**. Cairú: Uma, 2005. Cap. 6, p. 115-139.

ROSA, Rui Namorado. Petróleo e geopolítica. **O Militante**, Lisboa/Portugal, n. 281, 01 mar. 2006. Disponível em: <http://omilitante.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=93&Itemid=33>. Acesso em: 10 set. 2008.

SEVERO, Luciano Wexell. **A política econômica do governo Chávez**. 2004. Disponível em: <<http://www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2008.
SILVA, Milko Gonzáles. El petróleo como instrumento de política exterior em el gobierno del Presidente Hugo Chávez Frias. **Revista Venezoelana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, v. IX, n. 2, p. 59-87, 2003.

VIEIRA, Pedro A.; OURIQUES, Helton R.; DOS SANTOS, Fábio P. **Condicionantes nacionales, regionales y mundiales del gobierno Hugo Chávez**. 28 p.

